



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**LUÍS RICARDO RODRIGUES DE ARAÚJO**

**CONFLITOS TERRITORIAIS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA RESERVA  
EXTRATIVISTA (RESEX) DO LITORAL SUL DE SERGIPE**

**Linha de Pesquisa: DINÂMICA AMBIENTAL**

São Cristóvão/SE

2014

**LUÍS RICARDO RODRIGUES DE ARAÚJO**

**CONFLITOS TERRITORIAIS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA RESERVA  
EXTRATIVISTA (RESEX) DO LITORAL SUL DE SERGIPE**

**Dissertação submetida à avaliação do NPGeo/UFS, sob a  
orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Rosemeri Melo e Souza, como requisito  
obrigatório para obtenção do título de MESTRE em Geografia.  
Linha de pesquisa: DINÂMICA AMBIENTAL**

São Cristóvão/SE

2014

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A663c

Araújo, Luís Ricardo Rodrigues de

Conflitos territoriais no processo de implantação da reserva extrativista (RESEX) do litoral sul de Sergipe / Luís Ricardo Rodrigues de Araújo ; orientadora Rosemeri Melo e Souza. – São Cristóvão, 2014.

107 f. : il.

Dissertação (mestrado Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2014.

1. Território - Conflitos. 2. Comunidades tradicionais. 3. Posse da terra. 4. Reapropriação social. 5. Sergipe (SE). I. Souza, Rosemeri Melo e, orient. II. Título.

CDU: 911.373(813.7)

*ÀS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS DO LITORAL SUL DE  
SERGIPE*

## AGRADECIMENTOS

Minha vida sempre foi repleta de pessoas a agradecer. Quem sou eu, senão um mero produto do amor dedicado por pessoas maravilhosas? Para agradecer a todos, irei largar um pouco as normas cultas da escrita.

Eu tenho que agradecer aos melhores pais do mundo! Meu pai, por exemplo, vive me dizendo que, pra ele, ser um pai nota 6 ou 7 já é de bom tamanho. PAI, o senhor é 10 com louvor e minha paixão acadêmica é resultado do orgulho que senti do senhor quando o vi defendendo a sua dissertação!!!! Minha mãe que, além de ser 10, é, provavelmente, a melhor parte da minha vida. MÃE, eu não sei nem definir o quanto te amo... “sou humano demais pra entender” esse sentimento... Só sei que TE AMO! Painho e mainha, se realmente sou tão bom quanto vocês me dizem, é mérito integral de vocês! Espero que sintam tanto orgulho de mim, quanto eu sinto dos dois!

Léo e Rosa, meus irmãos, são tão parte de mim... que eu não sei imaginar minha existência sem eles. Rosinha, minhas primeiras pesquisas foram desenvolvidas quando disputávamos quem terminava primeiro e corretamente nossos deveres, VALEU! Léo, meu “eu, trabalhador” busca inspiração constantemente no seu! OBRIGADO! Vocês ainda me deram dois grandes presentes, Jurandir e Letícia, que sempre trazem toneladas de sorrisos pra minha vida. Preciso agradecer também aos meus irmãos Max, Marina e Marcela que, mesmo um pouco mais distante do que eu gostaria, sempre foram presentes em minha vida.

Além de todos esses... Deus, no infinito amor e boas energias que dedica a mim, ainda trouxe aquela que me faz ter ar pra respirar todos os dias. Mayra, minha esposa! Amor, foi você quem mais me deu forças pra encarar a seleção de mestrado, lembra? Da mesma forma, você me dá forças pra encarar tudo! Você me inspira a ser um homem muito melhor! Te amo! Agradeço ainda por me deixar fazer parte de uma família tão íntegra e exemplar, como é a sua. Marion, Neusa e Mayron, obrigado por todo incentivo que me deram até hoje!

Eu agradeço a toda força e dedicação que minhas mães de coração, Ivonete e Roró, deram-me desde sempre. Amo muito as duas! É graças a vocês que tenho Jhon, Janylle, Joyce, Jully, Geca, Greg e Wawal. Amo e sou grato a cada um deles! Sou feliz também por poder agradecer a todo carinho que meus Tios Júnior (O melhor do mundo!), Roberto, Aílton, Rosana, Rosete, Adriana e Lúcia (viva em meu coração) sempre tiveram por mim.

Agradeço também aos melhores amigos do mundo! Obrigado, meu IRMÃO, Gabriel (Paulão) e minha amiga Thaynara. Meus irmãos “excluídos” (Wil, Daniel, Juliana, Adeline, Wagner e Débora), vocês são fonte constante de amizade e carinho. Minhas amigas Catarina, Carol (e meu afilhado Gustavo) e Jociery (e família FMA), vocês são gratas surpresas que Deus colocou em minha vida, obrigado por acreditarem tanto em mim!

Quero agradecer também a minha orientadora, Prof. Dr<sup>a</sup> Rosemeri Melo e Souza, que tem provado constantemente que pode e DEVE haver carinho, amizade e honestidade entre orientador e orientado. Obrigado também à Prof. Dr<sup>a</sup> Vera França e ao Prof. Dr. Lício Valério por acreditarem em minha pesquisa.

Mas, desculpem-me todos, eu tenho que “gritar”... Sou grato MESMO aos meus avós! Sempre que precisei de força, amor... De mimos depois da escola, eu sempre pude contar com Seu Jurandir e Dona Normélia (Geógrafa exemplar), eternamente vivos em meu coração e Dona Rosa, minha vó querida. Além disso, sempre me inspiro quando escuto histórias ou simplesmente penso em tudo que meu avô Augusto poderia ter dito para mim, se eu o tivesse conhecido. Meus avós, se hoje estou aqui concluindo um grande sonho meu, é porque um dia vocês lutaram para construir a melhor família que Deus poderia ter dado a mim.

Por último, mas longe de ser menos importante, agradeço também à Geografia, ciência que me adotou sem pré-conceitos e ressalvas!

*Meu Deus, agradeço por tudo e entrego-me a toda a energia perfeita que o forma!*

## RESUMO

A Reserva Extrativista, pelo que se depreende da lei 9.985/2000 é uma área de domínio público que deve ser utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000). Desse modo, para se enxergar mais de perto tal questão, optou-se por esta pesquisa realizada no Estado de Sergipe, sobretudo na zona estuarina dos rios Piauí e Fundo, abrangendo cursos D'Água e ecossistemas frágeis dos Municípios de Itaporanga D'Ajuda, Estância, Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy, em cujas áreas está sendo viabilizada a possibilidade de criação e implantação da Reserva Extrativista do Litoral Sul. Teve-se como objetivo avaliar os conflitos de uso/apropriação travados em torno do processo de implantação da Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe. A abordagem metodológica que estrutura a pesquisa em questão desenvolveu-se através da análise das unidades de paisagem. Visando caracterizar os atores sociais envolvidos, no procedimento de coleta de dados, foram utilizados os instrumentos de entrevistas e pesquisa bibliográfica. Para tanto, tal coleta foi estruturada através de uma abordagem quali-quantitativa, orientada pela análise das unidades de paisagem. Por fim, reitera-se que esta pesquisa não buscou a elaboração de verdades absolutas e sim de um conhecimento científico embasado em metodologia previamente definida. Ao término da pesquisa e elaboração desta dissertação, percebeu-se que os conflitos territoriais estabelecidos em torno do processo de implantação da RESEX do Litoral Sul de Sergipe configuram múltiplas territorialidades que atingem os atores sociais envolvidos no processo a partir da apropriação, por parte de atores sociais envolvidos em atividades comerciais, e Reapropriação social do espaço pelas comunidades tradicionais. Os resultados produzidos e expostos nesta dissertação podem servir para os próprios agentes envolvidos nos conflitos como um material de sensibilização e autocrítica, auxiliando na busca por formas para mediação dos conflitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território, Conflitos Territoriais, Comunidades Tradicionais e Reapropriação Social.

## **ABSTRACT**

The Extractive Reserve , which is evident by the law 9.985/2000 is an area of public domain to be used by traditional extractive populations whose livelihood is based on the extractivism and, additionally , on subsistence agriculture and breeding of small size, and has as objective protect the livelihoods and culture of these populations , and to ensure the sustainable use of natural resources unit ( BRAZIL , 2000) . Thus , to see this issue more closely , we chose this survey in the State of Sergipe , especially in the estuarine zone of Piauí and Fundo rivers , covering streams and fragile ecosystems of Municipalities Itaporanga D' Help office , Indiaroba and Santa Luzia Itanhy in whose areas is being made possible the possibility of creating and implementing the Extractive Reserve of the South Coast . Had as objective to evaluate conflicts of use / appropriation locked around the process of implementing the Extractive Reserve of the south coast of Sergipe . The methodological approach to structure the research in question was developed through analysis of landscape units . In order to characterize the social actors involved in the data collection procedure , the instruments of interviews and literature were used . For both , this search was structured through a qualitative and quantitative approach , guided by the analysis of landscape units . Finally , it is reiterated that this research did not seek the development of absolute truths but rather a scientific knowledge grounded in previously defined methodology. At the end of the research and preparation of this thesis, it was realized that the established territorial conflicts around the deployment process RESEX South Coast of Sergipe configures multiple territories that affect the social actors involved in the process from appropriation by actors social engaged in commercial activities, and social reappropriation of space by traditional communities. Produced and exposed results in this thesis can serve for the agents involved in the conflicts themselves as a material awareness and self-criticism , assisting in the search for ways to mediate conflicts .

**KEYWORDS:** Territory, Territorial conflicts, Traditional Communities and social challenge.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Atores sociais envolvidos no processo da RESEX.....	17
Figura 2 - Municípios Integrantes da RESEX.....	21
Figura 3 - Visão Panorâmica do Estuário do Rio Piauí.....	22
Figura 4 - Esquematização da Metodologia..	28
Figura 5 - Área rural de Itaporanga D'Ajuda.....	29
Figura 6 - Acesso ao Condomínio Porto Belo.....	30
Figura 7 - Via de Acesso à área de estudo.....	30
Figura 8 - Trecho do Rio Fundo. ....	31
Figura 9 - Atividade Pesqueira no Rio Piauí.....	32
Figura 10 - Ilha da Capivara.....	32
Figura 11 - Evento em prol da Reserva Extrativista.....	33
Figura 12 - Autoridades presentes no evento em prol da Reserva Extrativista .....	34
Figura 13 - Configuração de disputas territoriais. ....	40
Figura 14 - Imagem dos porcessos. ....	48
Figura 15 - Planície Costeira. ....	54
Figura 16 - Geomorfologia da Área em estudo .....	56
Figura 17 - Unidades de Paisagem .....	59
Figura 18 - Porto de apoio à pesca artesanal. ....	60
Figura 19 - Vegetação de Mangue.....	61
Figura 20 - Uso do solo e Cobertura Vegetal. ....	62
Figura 21 – Unidades de Paisagem e Aspectos Territoriais.....	67
Figura 22 - Conflitos Socioambientais.....	76
Figura 23 - Atividade de Pesca.....	77
Figura 24 - Área portuária com acesso bloqueado por cerca. ....	78

Figura 25 - Sobreposição de Unidades de Conservação.....	82
Figura 26 - 1ª proposta de limites para a Reserva Extrativista.....	87
Figura 27 - Segunda proposta de limites para a Reserva Extrativista. ....	89
Figura 28 - Unidades de Paisagem e Conflitos Territoriais. ....	92
Figura 29 - Formação de Territorialidades e Território da Resex. ....	94

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

UC – Unidade de Conservação

SNUC – Sistema de Unidades de Conservação

RESEX – Reserva Extrativista

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

ADEMA – Administração Estadual do Meio Ambiente

SEMARH – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

APA – Área de Proteção Ambiental

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

TQ - Território Quilombola

CNPT - Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais

UP – Unidade de Paisagem

SIRHSE - Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos de Sergipe

ONG – Organização Não Governamental

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Entrevistas realizadas.....	35
Quadro 2 - Subclasses Geomorfológicas: Conceito e Classe.....	58
Quadro 3 - Unidades de Paisagem. Fonte: Elaboração do Autor.....	66
Quadro 4 - Atores sociais envolvidos no processo de implantação da RESEX. ....	71
Quadro 5 - Tipologia dos Conflitos Territoriais e foco dos conflitos. ....	85
Quadro 6 - Quadro síntese dos Conflitos Territoriais nas Unidades de Paisagem.....	91

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA .....	iv
AGRADECIMENTOS .....	v
RESUMO .....	vii
ABSTRACT .....	viii
LISTA DE FIGURAS .....	ix
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xi
LISTA DE QUADROS .....	xii
SUMÁRIO.....	xiii
.....	xvi
INTRODUÇÃO.....	14
1. CONSTRUÇÃO DA PESQUISA .....	20
1.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....	20
1.2 METODOLOGIA .....	22
1.2.1. Método de Investigação Geográfica.....	22
1.2.2. Procedimentos Metodológicos .....	23
1.2.3. Procedimentos Aplicados aos Conflitos territoriais.....	23
1.2.4 Procedimentos Metodológicos aplicados às Unidades da Paisagem .....	26
1.2.5. Análise Final da Pesquisa.....	27
1.3 TRABALHOS DE CAMPO .....	29
1.3.1 Visita de reconhecimento .....	29
1.3.2 Visitas Técnicas.....	31
1.3.3 Participação em evento e entrevistas.....	33

2. CONCEITOS GEOGRÁFICOS, RESERVAS EXTRATIVISTAS E CONFLITOS TERRITORIAIS .....	36
2.1. TERRITÓRIO E PAISAGEM NA GEOGRAFIA .....	37
2.2. TERRITÓRIOS, CONFLITOS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA .....	41
2.3. RESERVA EXTRATIVISTA NO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	43
2.4. AS DISPUTAS NO/DO TERRITÓRIO: ATIVIDADES ECONÔMICAS X USO SUSTENTÁVEL DE RESERVAS EXTRATIVISTAS .....	45
.....	47
3- CONTEXTO HISTÓRICO E AS UNIDADES DE PAISAGEM DA RESEX.....	48
3.1. HISTÓRICO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO LITORAL SUL DE SERGIPE .....	48
3.2. UNIDADES DE PAISAGEM NOS LIMITES PROPOSTOS PARA A RESEX.....	53
3.2.1 Geomorfologia – Classes e Unidades de Paisagem .....	54
3.2.2 Uso do Solo e Cobertura Vegetal.....	60
3.2.3 Unidades de Paisagem e Conflitos Territoriais .....	63
4. REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA A PARTIR DAS PROPOSTAS DE LIMITES PARA A RESEX .....	70
4.1 TERRITORIALIDADES EVIDENCIADAS ATRAVÉS DA ANÁLISE DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA RESEX NO LITORAL SUL DE SERGIPE. ....	70
4.1.1 Caracterização dos atores sociais .....	70
4.2 CONFLITOS TERRITORIAIS EXISTENTES NA ÁREA DA PESQUISA.....	72
4.2.1. Tipologia dos conflitos.....	75
4.2.2 Reapropriação territorial e os conflitos socioambientais identificados.....	86

4.3 CONFIGURAÇÃO DA DINÂMICA AMBIENTAL NA INTERFACE DOS CONFLITOS TERRITORIAIS EXISTENTES E DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS PERTINENTES A RESERVAS EXTRATIVISTAS.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	102
ANEXOS .....	106
ANEXO 1 Cronograma de execução .....	106
ANEXO 2 DVD com conteúdo complementar .....	107

# **INTRODUÇÃO**

## INTRODUÇÃO

As questões que envolvem o meio ambiente, as ações do homem e a sustentabilidade tornaram-se algumas das maiores preocupações atuais. Nessa perspectiva, criam-se novas Unidades de Conservação (UC) com propósito de tornar sustentável a relação entre ser humano e natureza em áreas de grande relevância natural.

A Lei 9.985/2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UCs), dividindo em dois grupos: Proteção Integral e de Uso Sustentável.

As UCs de Proteção Integral têm como objetivo básico a preservação da natureza e são divididas em Estação Ecológica, Reserva Biológica, Monumento Natural, Parque Nacional e Refúgio da Vida Silvestre. As UC's de Uso Sustentável, que têm como objetivo a compatibilização da conservação da natureza com o Uso Sustentável dos recursos naturais, são divididas em Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural e a Reserva Extrativista, sendo esta última de particular interesse neste estudo.

A Reserva Extrativista (RESEX) é uma área de domínio público<sup>1</sup> que deve ser utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

Nesse sentido, reforça-se a aceção de Prost (2010) onde considera que as populações locais são incluídas no objetivo de proteção ambiental em função do seu caráter tradicional, o que se traduz em um profundo conhecimento do meio natural e uma consequente

---

<sup>1</sup> Segundo MEIRELLES (1993) “é o poder de dominação ou de regulamentação que o Estado exerce sobre os bens do seu patrimônio (bens públicos), ou sobre os bens do patrimônio privado – bens particulares de interesse público – ou sobre as coisas inapropriáveis individualmente, mas de fruição geral da coletividade – *res nullius*.”

sustentabilidade de seus modos de vida. Este ponto de vista contempla claramente as RESEX sendo que as populações são organizadas de modo a co-gerenciar seu território com o órgão ambiental responsável pela administração, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Todavia, apesar desses espaços serem criados e implantados para serem usados pelas comunidades tradicionais, na prática, são permeados por conflitos socioambientais que envolvem diversos atores sociais pela apropriação e uso dos recursos naturais. Entre os conflitos destaca-se a questão fundiária, uma vez que essa categoria precisa ser regulamentada via desapropriação de terras. Daí, desencadeiam-se outros conflitos de interesses diversos envolvendo ora o poder público responsável pela regularização fundiária, ora a gestão e implantação da UC, ou mesmo recaindo sobre os proprietários de terras que nem sempre aceitam vender suas propriedades, e/ou estipulam valores bem acima do preço de mercado. Os vários usos atribuídos a esses territórios comumente geram impactos socioambientais. No seio deste jogo de disputas acirradas, estão as comunidades tradicionais na perspectiva de utilizarem os recursos naturais como sua base de sustento, além de outros atores e interesses a depender da localização e das características da UC.

A gestão das UCs envolve, além de problemas ambientais, dificuldades de ordem econômica, social e, principalmente, política, o que, em geral, ocasiona graves conflitos entre as populações locais e as ações dos responsáveis pela administração (BRITO, 2008).

Desse modo, para explicar mais de perto tal questão, optou-se por esta pesquisa realizada no Estado de Sergipe, sobretudo em zonas rurais e estuarinas dos Municípios de Itaporanga D’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, em cujas áreas está sendo viabilizada a possibilidade de criação e implantação da Reserva Extrativista do Litoral Sul. Portanto, este estudo teve como objetivo avaliar os conflitos de uso/apropriação travados em torno do processo de implantação da Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe. Tal objetivo foi ainda desdobrado nos seguintes objetivos específicos: Verificar quais atores sociais serão afetados com a implantação da Reserva Extrativista; estabelecer suas territorializações e seus interesses no processo de implantação da Reserva Extrativista; analisar as implicações das políticas ambientais ante as territorialidades evidenciadas no processo de implantação da RESEX; e analisar unidades da paisagem, elaboradas a partir de considerações sobre os conflitos territoriais evidenciados, em decorrência do controle sobre a área.

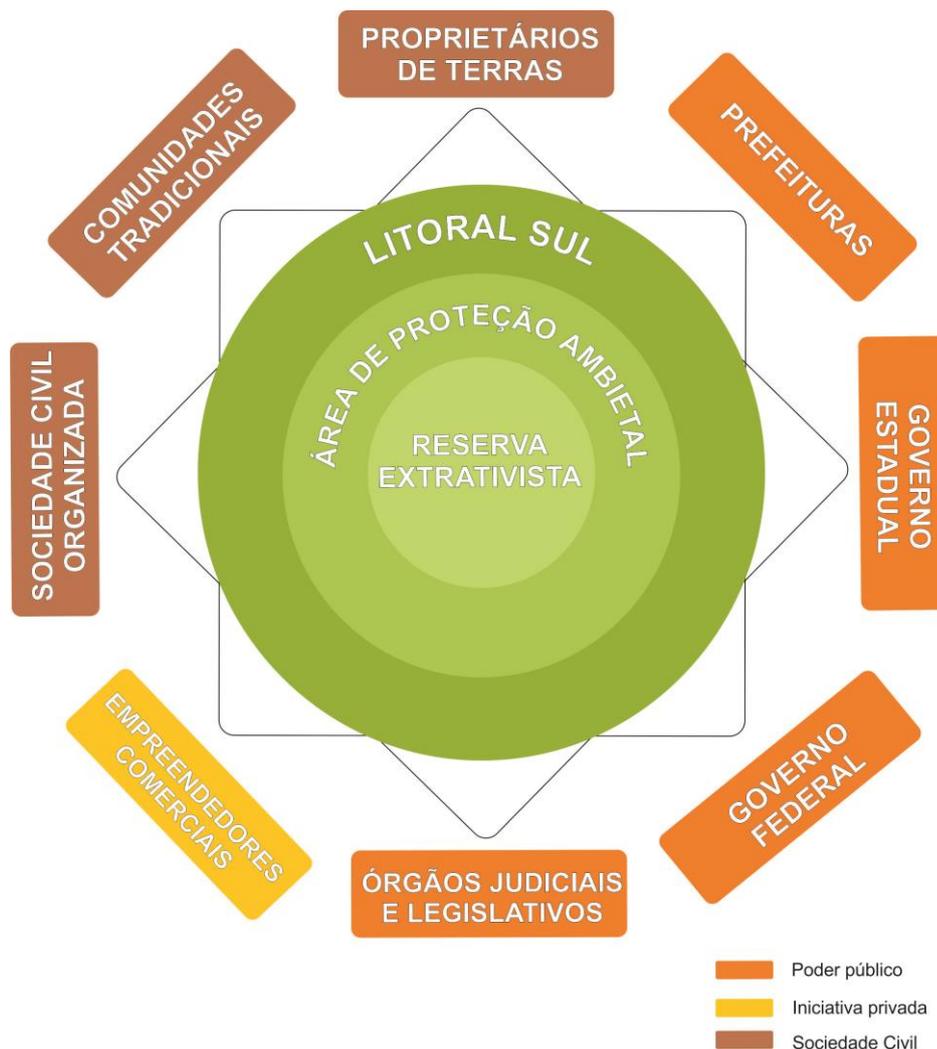
As questões norteadoras da pesquisa, por sua vez, foram assim formuladas: qual o contexto ambiental atual e passado da Área onde se pretende implantar a futura RESEX?; quais são os conflitos de uso/apropriação dos recursos ambientais existentes na área da pesquisa?; quais territorialidades são evidenciadas pelos atores sociais envolvidos no processo de implantação da RESEX no Litoral Sul de Sergipe?; e como se configura o uso e ocupação da área prevista para a futura RESEX na interface dos conflitos territoriais existentes?

Na área em questão estão presentes comunidades tradicionais que, na maioria das vezes, retiram o próprio sustento dos recursos naturais ali disponíveis, a exemplo das catadoras de mangabas e dos pescadores artesanais. O objetivo de criação da RESEX é fornecer a base de sustento para estas comunidades, a partir da exploração sustentável de tais recursos.

Porém, a criação dessa UC envolve uma grande diversidade de atores sociais (Figura 1) cuja análise evidencia-lhes a presença em conflitos territoriais, a saber: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela criação, gestão e implantação da RESEX; o IBAMA e outros órgãos ambientais estaduais, a exemplo da ADEMA, e municipais com a prerrogativa de conceder licenças e fiscalizar recursos naturais; a SEMARH que já atua na administração e gerenciamento da APA do Litoral Sul; os proprietários de terra; empreendedores ligados ao turismo e atividades agropecuárias; comunidades locais e tradicionais, veranistas e turistas (Sociedade Civil<sup>2</sup>).

---

<sup>2</sup> sociedade civil enquanto contraposta ao Estado são as classes sociais, ou, mais amplamente, os grupos, movimentos, associações, ou organizações que as representam ou se declaram seus representantes; ao lado das organizações de classe, os grupos de interesse, as associações de vários gêneros com fins sociais e indiretamente políticos, os movimentos de emancipação de grupos étnicos, de defesa de direitos civis, de liberação da mulher, os movimentos de jovens, etc. (Bobbio, 1981)



**Figura 1 - Atores sociais envolvidos no processo da RESEX. Fonte: elaboração do autor**

Quanto ao problema de pesquisa que norteará esta abordagem, expressa-se da seguinte forma: de que modo os conflitos de uso/apropriação estabelecidos em torno do processo de implantação da RESEX do Litoral Sul de Sergipe configuram múltiplas territorialidades, atingindo os atores sociais envolvidos no processo?

A presente pesquisa é justificada como uma maneira de se lançar luzes sobre os possíveis conflitos territoriais decorrentes da criação da RESEX do litoral sul, para assim elucidar quem são e qual o papel dos principais atores ali envolvidos. Para tanto, pretendeu-se investigar as origens de tais conflitos para melhor compreendê-los.

Na região onde se pretende criar a nova Unidade de Conservação, por exemplo, existe um forte jogo de interesses devido à especulação imobiliária. O mais visível é causado por grandes construtoras, donas de imensas extensões territoriais, todas elas interessadas no

aproveitamento das potencialidades paisagísticas da região e já com megalômanos projetos imobiliários a médio prazo. Tal fato se opõe aos interesses de associações civis, como a das catadoras de mangaba e a de pescadores.

Dessa forma, observando-se a importância da área para comunidades tradicionais, em iminente litígio com os interesses do setor privado, pode-se vislumbrar a real dimensão do problema, reiterando-se o quanto se mostra oportuna a sua análise.

Esta pesquisa contribui com os estudos geográficos relacionados à reapropriação social do espaço e a conflitos territoriais. Além disso, todo o caminho trilhado para a construção dessa pesquisa serviu para o crescimento acadêmico, profissional e pessoal do autor, proporcionando a este embasamento teórico e prático que o acompanhará em todas as suas experiências futuras.

O conteúdo desta pesquisa está exposto em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta a construção da pesquisa a partir da caracterização da área de estudo e da metodologia. O segundo capítulo traz uma discussão baseada em conceitos geográficos e elementos que contextualizam os aspectos relacionados às Reservas Extrativistas e aos Conflitos Territoriais.

O terceiro capítulo relaciona o histórico do processo de implantação da Resex, apresentando as Unidades de Paisagem definidas. O quarto discute a reapropriação social da natureza a partir das propostas de limites para a RESEX, caracterizando atores e discutindo conflitos.

# **CAPÍTULO 1**

## **CONSTRUÇÃO DA PESQUISA**

## **1. CONSTRUÇÃO DA PESQUISA**

Neste primeiro capítulo, será apresentada a caracterização da área proposta para a Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe. Além disso, também será exposta a Metodologia aplicada ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

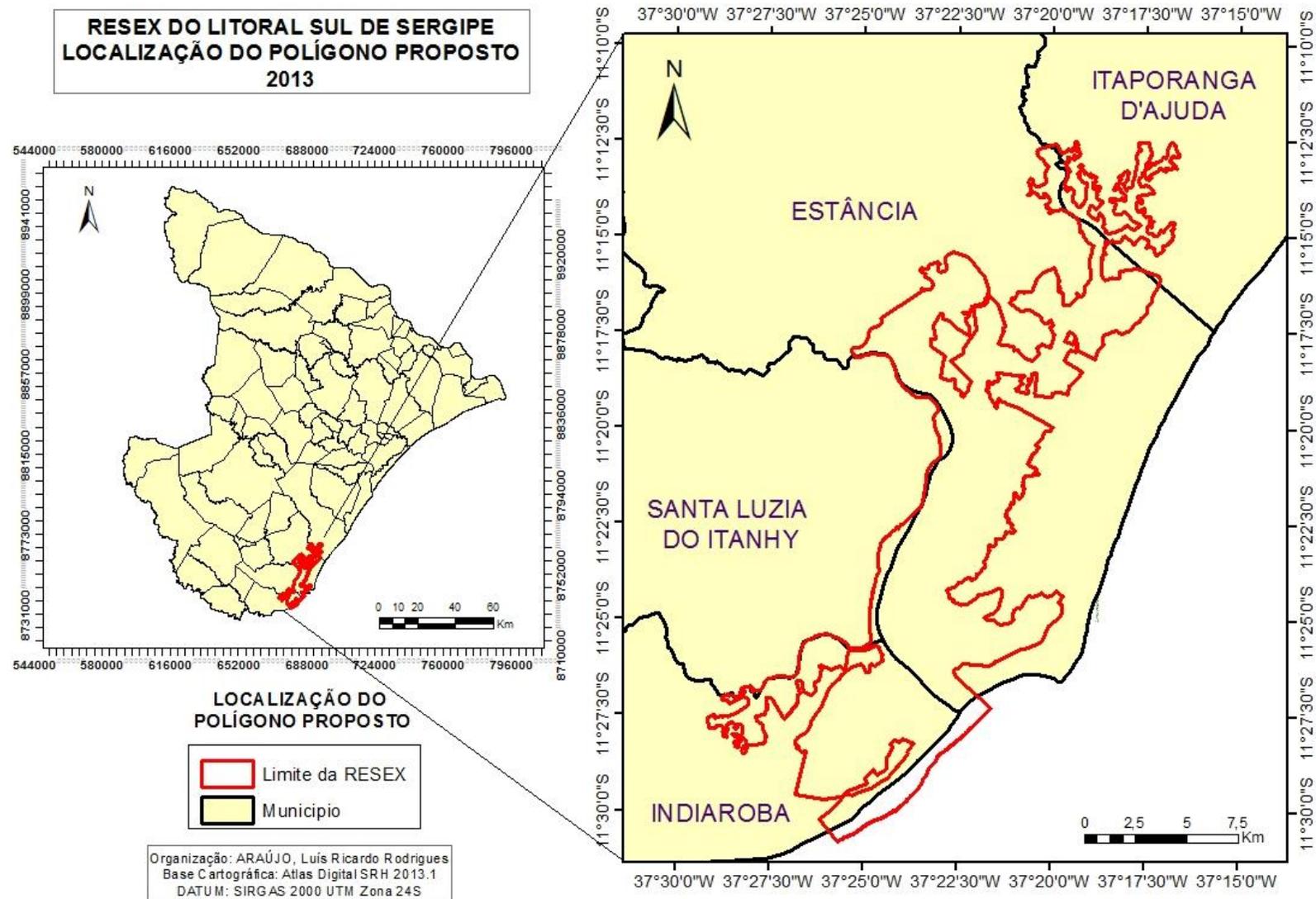
### **1.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO**

Levando-se em conta que a Reserva Extrativista ainda não foi criada e não possui uma delimitação final definida, uma caracterização sobre a área de estudo torna-se complexa. No entanto, que a partir de citação de Silva e Souza (2010) tem-se uma caracterização prévia. O território da área proposta para a RESEX coincide em diversos pontos com a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul, uma UC criada em 1993, e que se encontra em fase de implantação sob gestão estadual, cujos limites foram delimitados em 2009.

A área que abrangerá a RESEX é composta por uma grande área de restinga arbórea, manguezais, mata ciliar, com enclaves de floresta ombrófila densa (SILVA & SOUZA, 2010). Esta também possui sítios de mangabas e áreas portuárias de apoio à pesca artesanal, além de terrenos dedicados à cultivos de subsistência familiar. Ressalta-se também que esta mesma localidade é cercada por empreendimentos de carcinicultura.

A Reserva Extrativista está sendo proposta em zonas estuarinas dos rios Piauí e Fundo, abrangendo cursos D'Água e ecossistemas frágeis dos Municípios de Itaporanga D'Ajuda, Estância, Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy. Os rios citados fazem parte da Bacia Hidrográfica sergipana do Rio Piauí.

Segundo versão mais recente, fornecida a partir de material disponibilizado pelo ICMbio, maior parte da área sugerida para delimitação da RESEX está situada no município de Estância (Figura 2).



**Figura 2 - Municípios Integrantes da RESEX**

**Organização: ARAÚJO, L. R. R. Base Cartográfica: Atlas digital SRH 2013.1. DATUM: SIRGAS 2000 UTM Zona 24S.**

O Litoral Sul de Sergipe apresenta praias de grande beleza, locais de grande visitação turística, devido a praias de grande beleza, como a Praia da Caueira, do Saco, do Abaís e Praia das Dunas, além de grandes lençóis dunares e rios, como o Piauí e o Piauitinga. (Figura 3)



**Figura 3 - Visão Panorâmica do Estuário do Rio Piauí. Fonte: Trabalho de campo, 2012.**

As comunidades extrativistas presentes na área em questão são formadas por catadoras de mangaba, pescadores artesanais e marisqueiras que extraem recursos naturais para o consumo familiar e comercialização dos excedentes. Estas comunidades com grande identificação com a área de estudo, o que sinaliza potenciais conflitos de interesses entre elas, o poder público e a iniciativa privada, através de grupos interessados em atuar na área de restinga da região.

## 1.2 METODOLOGIA

### 1.2.1. Método de Investigação Geográfica

A abordagem metodológica que estrutura a pesquisa em questão desenvolveu-se através da análise das unidades de paisagem. O foco principal de toda pesquisa pautada nesta

análise é a busca por áreas com relativa homogeneidade, que relacionam as atividades desenvolvidas neste território e suas características ecológicas.

Visando caracterizar os atores sociais envolvidos, no procedimento de coleta de dados, foram utilizados os instrumentos de entrevistas e pesquisa bibliográfica. Para tanto, tal coleta foi estruturada através de uma abordagem quali-quantitativa, orientada pela análise das unidades de paisagem.

O foco principal de toda pesquisa pautada na geografia é o estudo das relações das sociedades humanas com o meio natural, tanto no passado como no presente.

### **1.2.2. Procedimentos Metodológicos**

A princípio, deu-se ênfase, a técnicas de pesquisa bibliográfica, consultando-se livros, relatórios, cartas, artigos, dissertações e outros trabalhos relacionados ao objeto de estudo encontrados em bibliotecas públicas, acervos de órgãos públicos, na Rede Mundial de Computadores e outros órgãos pertinentes à pesquisa.

Foram destacados conceitos, natureza jurídica, resoluções estaduais e nacionais do CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente, acerca de conflitos territoriais envolvendo uso e apropriação de áreas naturais. Também foram enfatizados aspectos sobre a gestão ambiental em Reservas Extrativistas a partir de outros casos.

### **1.2.3. Procedimentos Aplicados aos Conflitos territoriais**

O procedimento utilizado caracterizou-se pela análise de territorializações geradas a partir da interação de atores sociais pertinentes à pesquisa, valendo-se do levantamento de dados para compor a análise textual, mapas de uso/ocupação do solo, além da elaboração de um transecto que permite a contextualização do local analisado. No estudo da atual realidade ambiental, foi utilizada documentação oficial, além de fontes bibliográficas, sendo estas últimas obtidas em trabalhos publicados por autoridades públicas e pesquisadores, privilegiando-se

estudos mais localizados sobre a área onde será implementada a RESEX. Com tais elementos, foi possível direcionar o trabalho de observação.

Ao longo da pesquisa, foram realizadas observações diretas, mediante a observação *in loco* da paisagem em estudo, assim como utilizadas indiretas através de materiais fotográficos e cartográficos obtidos em prévio levantamento, não exigindo neste caso deslocamento até o local a ser observado.

Após o estabelecimento das Unidades de Paisagem escolhida, ressalta-se o primeiro objetivo específico desta pesquisa nos termos abaixo formulados:

*1º Objetivo: verificar os atores sociais que serão afetados com a implantação da Reserva Extrativista e estabelecer as suas territorializações e seus interesses no processo de implantação da Reserva Extrativista:*

Através de dados coletados em visita a órgãos públicos, foi feito o levantamento da localização e limites da nova Unidade de Conservação e das condições ambientais da região em estudo. Esta identificação contribuiu para a identificação de comunidades tradicionais e para melhor visualização de possíveis áreas de conflito. Os dados coletados foram anotados em uma caderneta de campo e os mesmos foram descritos para posterior tabulação.

A partir da identificação da área, foram localizadas comunidades tradicionais e atores do setor privado que possuem interesses no uso e na apropriação da área, sendo avaliado o conjunto de relações e de interações entre os atores envolvidos, estudando-se assim o processo de relações de poder entre eles.

Em seguida, foi realizada a análise do processo da implantação da RESEX (conforme material cedido pelo ICMBIO) e entrevistas semi-estruturadas com perguntas voltadas para exploração de valores e vivências. Ambas com base nas informações coletadas a partir dos procedimentos de pesquisas bibliográfica e de campo.

Ao fim da coleta de dados sobre os atores sociais, estes foram aplicados à fórmula proposta por Raffestin (2008),  $A(L-M-P)----R----S(Sn/So)=T/Ta$ , onde:

**A: ator (individual ou coletivo, homem ou coletividade) que combina diversos meios para realizar uma ação no ambiente inorgânico e/ou orgânico e/ou social.**

Nesse nível de generalização não é necessário distinguir precisamente os diversos tipos de atores. É fundamental precisar que esta categoria deverá ser identificada com maior detalhe em um processo de produção territorial peculiar.

**L<sub>+</sub>: trabalho à disposição do ator. O trabalho humano pode ser definido como uma combinação de energia e informação.**

A quantidade variável de energia e informação determina os tipos de trabalho (de produção ou invenção). No decorrer da história, a segunda sempre foi mais significativa que a primeira.

**M: mediadores materiais, instrumentos diversos e/ou imateriais, conhecimento e/ou algoritmos à disposição do ator.**

São todos os instrumentos de trabalho que estão à disposição em um lugar e em um momento específico. Podem existir mediadores que não são contemporâneos uns dos outros.

**P: programa do ator. O programa é o conjunto das intenções realizáveis e dos objetivos ou metas.**

Por exemplo, produzir um ecossistema rural ou urbano constitui um programa geral.

**R: relação efetivada pelo ator com o ambiente geral**

A relação é composta por uma grande variedade de ações particulares realizadas com o objetivo de atingir uma meta precisa.

**Sn: ambiente orgânico e/ou inorgânico.**

De acordo com a visão ecológica, o orgânico é assimilável ao conceito de biocenose e o inorgânico ao de abiótico; a noção de escala deve ser explicitada em cada contexto.

**So: Ambiente social.**

Todos os subsistemas sociais, da economia à política e à cultura estão entre os elementos do ambiente social.

**S: ambiente geral (Sn + So)**

**T: território produzido pelo ator no ambiente.**

**Ta: conjunto das relações desenvolvidas pelo ator no território e territorialidade.**

## Entrevistas

A entrevista foi elaborada de modo flexível, pois a mesma contou com roteiro semi-estruturado, com horários e datas agendadas junto aos moradores e autoridades selecionados, com um esquema básico que permitia as adaptações necessárias. Também foram utilizados instrumentos como gravador, quando permitido pelo entrevistado, para fazer registros diretos e indiretos, e anotações para coletar dados então percebidos pelo pesquisador, ou que o entrevistado não queira relatar diretamente na entrevista ou na gravação. A escolha de um roteiro semi-estruturado ocorreu no sentido de proporcionar a flexibilidade das respostas e pontuar os eventos mais significativos.

Para aplicação das entrevistas (foram realizadas oito), aspectos como antiguidade na comunidade, nível de conhecimento acerca do tema abordado e disponibilidade foram levados em conta. Com relação às entrevistas com autoridades, critérios como relevância, conhecimento e disponibilidade também foram considerados.

Em se tratando de posterior uso das falas dos entrevistados, os atores foram classificados de acordo com a sua relação social com o processo de implantação da Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe

### **Análise dos registros que constam no processo cedido pelo ICMBIO**

A partir de solicitação feita junto ao ICMBIO, foi cedido o processo documental completo (8 volumes impressos) da implantação da RESEX do Litoral Sul de Sergipe. Desta forma, todo o documento foi devidamente analisado, sendo retiradas memórias dos atores sociais que contribuíram para a construção da análise de territorializações na área em questão.

*2º Objetivo: verificar as implicações das políticas ambientais ante as territorialidades evidenciadas no processo de implantação da RESEX:*

Através da metodologia escolhida foram analisados os atores envolvidos e identificados seus interesses e manifestações acerca da área de estudo. Sendo levadas em conta também as suas interações, para que, a partir de uma tabulação comparativa de resultados, os conflitos pudessem ser indicados.

Os resultados tabulados foram levantados a partir das entrevistas aplicadas no mesmo formato exposto para o 1º objetivo, as quais foram dirigidas aos atores envolvidos nos conflitos. No que tange às informações da imprensa, estas foram reunidas a partir de visitas a acervos jornalísticos, sabendo-se que a credibilidade e a independência do veículo de comunicação devem ser observadas.

Após a reunião e tabulação dos resultados, foi procedida à análise das relações de poder dos atores envolvidos que resultam ou possam resultar em conflitos, durante a qual eles foram identificados, caracterizados e relacionados às políticas ambientais pertinentes ao tema desta pesquisa.

#### **1.2.4 Procedimentos Metodológicos aplicados às Unidades da Paisagem**

É neste procedimento que foi construída toda a caracterização da área. Também foi relacionado o cenário ambiental atual da área (APA) às transformações da implantação da RESEX. Os resultados foram analisados de forma sistêmica uns com os outros, apresentando uma integridade definida. Desta forma, elaborou-se produtos, tais como mapas e relatórios que

compõem a dissertação e são divulgados em artigos científicos publicados em eventos e revistas de fins acadêmicos.

*3º Objetivo: analisar unidades da paisagem, elaboradas a partir de considerações sobre os conflitos territoriais evidenciados, em decorrência do controle sobre a área:*

A área de estudo foi identificada pelo aspecto da paisagem. Dias (2006) infere que “a ação do que o homem imprime nas paisagens o resultado de sucessivas combinações de sociedades sobre o espaço e a relação estabelecida entre ambos”. Desta forma, neste trabalho, a análise da paisagem foi feita ao longo das etapas definidas nas análises de Geossistema e territorializações, de forma multidirecional e interativa.

Segundo Bertrand (1972) *apud* DIAS e LEONARDO (2007, p. 10), “a paisagem seria a exteriorização morfológica do momentum dos processos interativos que compõem o meio ambiente, independentemente dos limites entre as diversas feições e sua natureza”.

A paisagem mereceu análise com enfoque socioeconômico, seguindo um perfil cultural, em que a origem das alterações da paisagem foi discutida, inclusive com cruzamento de informações do primeiro mapa de delimitação da RESEX. Para uma análise mais profunda da paisagem, compartimentalizou-se a área de estudo em unidades de paisagem e, posteriormente, estas foram inseridas em discussões ao longo dos capítulos 3 e 4.

Na definição das Unidades de paisagem contemplou-se a interação de fatores como a geomorfologia, o uso do solo e a cobertura vegetal. Interagindo de forma variada, esses elementos geram combinações específicas, representando o aspecto visível e homogêneo da paisagem. Os mapas gerados desta análise foram produzidos em escala 1:130.000.

#### **1.2.5. Análise Final da Pesquisa.**

Ao final dos procedimentos definidos nesta metodologia, os dados foram tabulados e apresentados considerando a construção da análise das unidades de paisagem aqui estudadas. Além de uma análise discursiva, foram elaborados mapas que representam a realidade da área da RESEX, partindo-se dos dados coletados.

Através do cumprimento do 1º Objetivo, os atores e territorialidades estão expostos em mapas e esquemas que facilitam o entendimento da situação dos atores sociais e dos fluxos de relações de poder (fluxogramas).

A consecução do 2º Objetivo resultou em mapas temáticos de uso e cobertura do solo da área de estudo, além. Este processo enseja a interpretação dos material gráfico levantado e definição de elementos de paisagens a serem considerados.

O 3º Objetivo cumprido resultou em materiais cartográficos que demonstram visualmente a distribuição geográfica dos conflitos (potenciais ou vigentes), sendo que cada um deles é discutido individualmente em campo teórico.

Através do cumprimento dos procedimentos metodológicos (esquemáticos na figura 4), os dados foram discutidos ponto a ponto. Quando houve, durante qualquer etapa da pesquisa, ausência de dados relevantes para a conclusão da pesquisa, procedeu-se a mitigação ou supressão dessas lacunas.

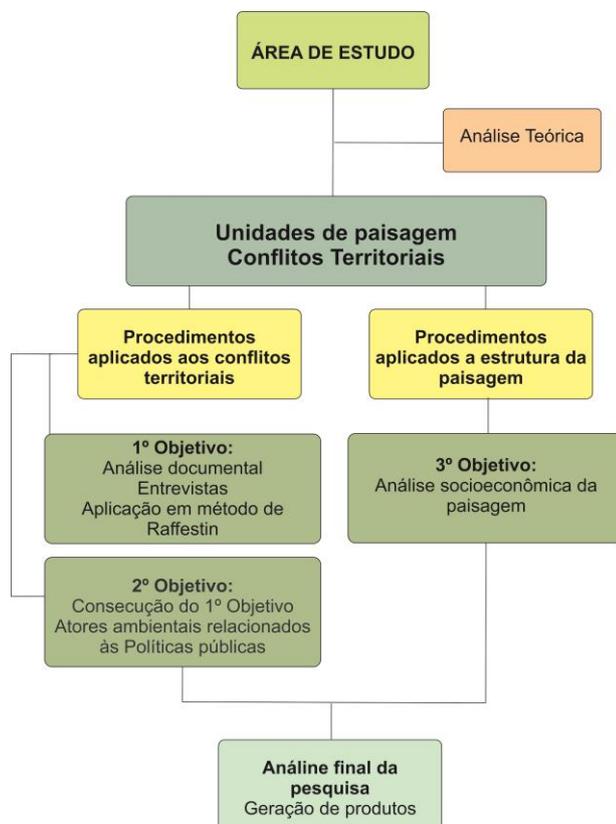


Figura 4 - Esquemática da Metodologia. Fonte: elaboração do autor.

## 1.3 TRABALHOS DE CAMPO

### 1.3.1 Visita de reconhecimento

As visitas de reconhecimento serviram para a realização dos primeiros contatos e testes realizados no âmbito formal deste trabalho. A primeira, ainda sem o mapa com a delimitação do polígono proposto pelo ICMbio, foi realizada em maio de 2012, quando um levantamento preliminar vídeo-fotográfico foi realizado para contribuir na construção teórica da pesquisa. (Figura 5)



**Figura 5 - Área rural de Itaporanga D'Ajuda. Fonte: trabalho de campo, 2012.**

De posse do mapa com o polígono proposto pelo ICMbio, a segunda visita (Figura 6) de reconhecimento foi realizada em fevereiro de 2013, onde foram testados equipamentos fotográfico e de localização geográfica (Figura 6). Algumas coordenadas geográficas foram anotadas para posterior teste em software específico e fotos e vídeos dessas localidades foram captados.



**Figura 6 - Acesso ao Condomínio Porto Belo. Fonte: Trabalho de Campo, Estância-SE, 2013.**

Em agosto de 2013, a última visita de reconhecimento foi realizada. Nesta, estabeleceu-se um roteiro específico para a primeira visita técnica que aconteceu em outubro do mesmo ano (Figura 7). A partir das rodovias SE-100 e BR-101 pode-se estabelecer pontos estratégicos de observação em Itaporanga D’Ajuda, Estância e Indiaroba, sendo que o trecho do município de Santa Luzia do Itanhaí, por ser o menor e com mais difícil acesso, seria observado nas visitas técnicas.



**Figura 7 - Via de Acesso à área de estudo. Fonte: trabalho de campo, Itaporanga D’Ajuda-SE, 2013.**

### 1.3.2 Visitas Técnicas

A partir das necessidades desta pesquisa, três visitas técnicas foram realizadas. A primeira foi realizada, por terra, no mês de outubro de 2013, onde foi realizado o primeiro contato técnico com a área. Após todo o trabalho teórico ter sido concluído e a metodologia definida, esta atividade serviu para obtenção de dados específicos para a pesquisa.

Para o campo, foi elaborado um roteiro a partir dos objetivos específicos deste trabalho (Figura 8). Dessa forma, já nesta primeira visita técnica, o 1º (primeiro) levantamento vídeo-fotográfico foi realizado, detalhando-se particularidades da região a partir de diversas perspectivas. Algumas coordenadas geográficas foram marcadas para serem aplicadas nos mapas elaborados pelo software Arcgis 10.0.



**Figura 8 - Trecho do Rio Fundo. Fonte: Trabalho de Campo, Itaporanga D'Ajuda, 2013**

A segunda visita (Figura 9) foi realizada no mês de novembro de 2013, por via fluvial, ao longo do rio Piauí e seus principais afluentes (Figura 9). Através de uma embarcação cedida pelo líder da Colônia de pescadores Z4 e a partir do auxílio do mesmo, seguiu-se o curso do rio citado para a realização do segundo levantamento vídeo-fotográfico, agora em uma nova perspectiva e com a orientação do referido pescador.



**Figura 9 - Atividade Pesqueira no Rio Piauí. Trabalho de Campo, Estância-SE, 2013.**

Ao longo desta segunda visita a situação de alguns portos, da atividade pesqueira e marisqueira, das condições ambientais e de atividades agropecuárias foram captadas. A ilha da Capivara foi o ponto de parada onde foram entrevistados, informalmente, alguns pescadores e marisqueiras (Figura 10).



**Figura 10 - Ilha da Capivara. Fonte: Trabalho de Campo, Estância-SE, 2013.**

A partir da análise de todos os dados levantados durante as visitas técnicas, em dezembro de 2013, a terceira visita foi realizada, servindo para a correção de alguns dados que ainda não estavam completos.

### 1.3.3 Participação em evento e entrevistas

Visando a captação das impressões dos atores sociais envolvidos acerca da implantação da Reserva Extrativista, acompanhou-se um encontro de populações tradicionais envolvidas para retomar a discussão e somar forças visando a decretação da Unidade de Conservação (Figura 11). Este encontro foi promovido pelo movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST), pelas catadoras de mangaba, marisqueiras, quilombolas e pequenos agricultores da região.



**Figura 11 - Evento em prol da Reserva Extrativista. Fonte: Trabalho de Campo, Estância-SE, 2013.**

Neste evento, também estiveram presentes lideranças políticas, como o prefeito de Estância e vereadores dos 4 (quatro) municípios atingidos pela implantação da RESEX (Figura 12). Devido à ausência de representação do ICMBio, o Inbra ficou responsável pela apresentação da proposta e mediação das discussões. Ao término do tempo dedicado à apresentação deste órgão público, iniciou-se a fala aberta para os movimentos e populares

presentes. Além de toda análise das discussões realizadas, este evento serviu também para firmar contato com o Inca.



**Figura 12 - Autoridades presentes no evento em prol da Reserva Extrativista . Fonte: Trabalho de Campo, 2013.**

A partir da metodologia definida e dos atores sociais identificados, conforme análise da cópia do processo cedida pelo ICMBio, e visando a consecução dos objetivos desta pesquisa, algumas entrevistas formais (Conteúdo do DVD – Anexo 2) foram realizadas (Quadro 1).

<b>ENTREVISTADO</b>	<b>MÊS/ANO</b>
<b>Presidente da ONG Água é Vida</b>	Setembro/2013
<b>Entrevista com o presidente da Colônia de Pescadores Z4</b>	Outubro/2013
<b>Entrevista com ICMbio</b>	Outubro/2013
<b>Entrevista com o Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe</b>	Outubro/2013
<b>Entrevista com a líder do Movimento das Catadoras de Mangaba</b>	Novembro/2013
<b>Entrevista com o INCRA</b>	Novembro/2013
<b>Entrevista com a Procuradora-chefe do Ministério Público Federal de Sergipe</b>	Dezembro/2014
<b>Entrevista com o Gestor responsável pelo PRODETUR em Sergipe</b>	Janeiro/2014

**Quadro 1 - Entrevistas realizadas. Fonte: elaboração do autor.**

## **CAPÍTULO 2**

# **CONCEITOS GEOGRÁFICOS, RESERVAS EXTRATIVISTAS E CONFLITOS TERRITORIAIS**

## **2. CONCEITOS GEOGRÁFICOS, RESERVAS EXTRATIVISTAS E CONFLITOS TERRITORIAIS**

Para melhor respaldar a pesquisa, discutiu-se conceitos geográficos relacionados os temas tratados nesta pesquisa. Território, paisagem e conflitos foram apresentados a partir da ótica de diversos atores estudiosos nas respectivas áreas.

### **2.1. TERRITÓRIO E PAISAGEM NA GEOGRAFIA**

Território é entendido como um dos temas mais complexos na análise dos conceitos-chave da geografia. Por ser construído e desconstruído nas diferentes escalas temporais, os territórios podem ter o caráter permanente, mas também podem ter existência periódica ou cíclica, transformando-se assim em elemento da natureza espacial criado pela sociedade, cujo objetivo é lutar para conquistá-lo ou protegê-lo (HAESBAERT, 2006).

A partir de VALVERDE (2004, p. 2) temos uma breve noção sobre o recente histórico de discussões sobre território:

[...] a geopolítica dos anos 50 seguiu os mesmos princípios de território encontrados na teoria ratzeliana, estendendo a sua influência até os anos 80. Alimentadas pelas disputas geopolíticas por zonas de exclusividade de fluxos militares e econômicos de um dos pólos ideológicos, capitalista ou comunista, as áreas periféricas de desenvolvimento serviram como palcos da tensão e da disputa por territórios. [...]

Porém, nos últimos 20 anos, o território ganhou um sentido diferente, mais amplo, para abordar uma infinidade de questões pertinentes ao controle físico ou simbólico de determinada área. Hoje um olhar geográfico sobre as fronteiras que separam os homens do século XXI irá necessariamente revelar a pluralidade das suas diferenças e a diversidade de suas formas de associação entre pessoas e espaços.

A mudança trazida por VALVERDE (2004) é baseada nas recentes alterações na ordem mundial, a partir do fim da guerra fria e de processos de territorialização e desterritorialização que se estabeleceram a partir do surgimento desta nova e atual ordem.

O conceito de território, historicamente, é alvo de diversas discussões e divergências dentro da Geografia. A partir deste cenário EDUARDO (2010), destaca as três vertentes básicas, defendida por SPOSITO (2005), da discussão acerca de território na Geografia:

“São essas vertentes divididas em: a) naturalista: “segundo a qual o território aparece como imperativo funcional como elemento da natureza inerente a um povo ou uma nação e pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar”; b) uma abordagem “mais voltada para o indivíduo [que] diz respeito à territorialidade e sua apreensão [...]. Aí temos o território do indivíduo, seu ‘espaço’ de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade”; e c) quando sua utilização se faz confundir com a noção de espaço. (p. 17)

A tradição naturalista segue a ideia de território pela ótica das relações instintivas entre animais, sendo que aos teóricos naturalistas, segundo EDUARDO (2010), “devemos o mérito de serem os primeiros a sistematizar e difundir o conceito de território e de territorialidade”, enquanto a segunda vertente segue pela ótica das relações de poder entre indivíduos em um determinado espaço. Já a terceira vertente, talvez a mais comum no cenário acadêmico, abarca definições baseadas em conceitos vagos sobre territórios e territorialidades, causando assim confusões com outros temas geográficos, como o espaço.

Sabendo-se da complexa relação entre conflitos, territórios, territorialidades e unidades de conservação, optou-se nesta pesquisa pela segunda vertente tratada por SPOSITO (2004), que segundo EDUARDO (2010, p. 5):

Nesse caso, os sentimentos de pertencimento, de identidade, os espaços de representação, o enraizamento, entre outros elementos, interagidos com as demais dimensões do território, efetivam formas particulares de apropriação e de produção do espaço via a territorialidade.

SAQUET (2003, pag 24), teórico contemporâneo que tem realizado um grande trabalho em busca de uma uniformização dos argumentos acerca do conceito de territórios e territorialidades na Geografia, baseando-se em conceitos de dimensões sociais, espaciais e econômicas, afirma que:

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários.

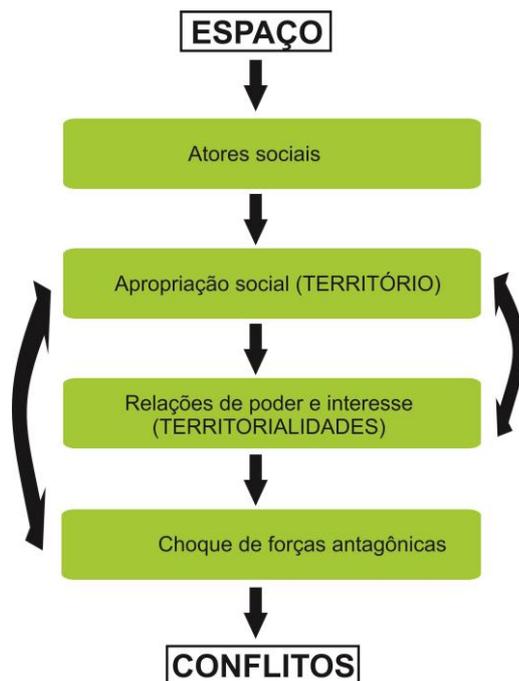
Seguindo a mesma linha, RAFFESTIN (1993, p. 143) explica que “ território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator “territorializa” o espaço.”

Continuando mesma linha de raciocínio, RAFFESTIN (1993, p.144) traz que:

O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço.

O território, como afirma SAQUET (2003, p. 24), “é um lugar de relações e este, um território, a partir da apropriação e produção do espaço.” Tais relações podem gerar conflitos de uso/apropriação de território.

A partir das características sobre território trazida por RAFFESTIN (2003) e SAQUET (2003) e, principalmente pela ideia de território como apropriação social, podemos propor a seguinte esquema (Figura 13):



**Figura 13 - Configuração de disputas territoriais. Fonte: elaboração do autor.**

O esquema proposto traz, primeiramente, de forma linear e simplificada, o “caminho” traçado pelas relações sociais, desde a ocupação do território até o surgimento de uma das principais consequências das territorialidades: os conflitos. Dentro desse esquema, destaca-se a fuga da linearidade, quando relações de poder e choque de forças antagônicas podem gerar a apropriação social de novos espaços.

Assim como diversos outros termos da geografia, o conceito de Paisagem, principalmente por ser usado de diversas formas em outras ciências, vive em constante discussão. Sobre esta dificuldade de conceituação, SCHIER (2003, p. 7) acrescenta que:

De forma geral, hoje é possível perceber a existência conceitual de várias paisagens, em forma de região, território, lugar, etc. Discutir essa pluralidade conceitual e cognitiva é, no âmbito da geografia, sem dúvida um grande desafio.

Buscando esclarecer o conceito de paisagem, captando os diversos elementos das relações que a compõem, Kelting e Lopes (2011), de forma detalhada, destacam:

A paisagem é resultante da interação direta entre os quatro elementos da natureza – energia, ar, água e terra – e os seres bióticos, inclusive o homem. É formada pelas ações e relações constantes do homem, desde o seu nascimento até a morte, com o espaço natural.

A paisagem, portanto, diz respeito à concretude da vida privada e coletiva, pois com ela o ser humano mantém relação de pertence, de valorização, de afetividade, de simbologia e de sentimento estético, dependendo dela para viver e sobreviver.

Paisagem, dentro do contexto geográfico, é componente que sucede o Território e, contextualizada em uma pesquisa geográfica, deve ser relatada e registrada de forma fracionada, analisando-se seus componentes detalhadamente. A paisagem pode ainda ser dividida em unidades que segundo Fávero (et al, 2004) apud BELEM (2013) “pode ser definida como uma síntese de inúmeros aspectos da paisagem que se repetem justificando a classificação como unidade.”

Buscando entender o envolvimento entre Geografia e Paisagem, Kelting e Lopes (2011) elucidam:

A Geografia, em um de seus campos de investigação, trabalha na detecção de rupturas pontuais da paisagem, delimitando as fronteiras territoriais dos fenômenos, identificando seus atores, analisando o que levou ao corte e aos conflitos. Desse modo, diferentes paisagens sociais subsistem em uma mesma paisagem natural, em que a apropriação se processa de modo diferente.

A polissemia presente na conceituação de paisagem demonstra a importância de sua análise estrutural, sendo seus elementos investigados um a um de forma detalhada e relatados como elementos conjunturais que formam o elemento geográfico citado.

## 2.2. TERRITÓRIOS, CONFLITOS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA

Conflito pode ser interpretado como qualquer forma de oposição de forças antagônicas. Significa diferenças de valores, “escassez de poder, recursos ou posições, divergências de percepções ou idéias, dizendo respeito, então, à tensão e à luta entre as partes” (BREITMAN; PORTO, 2001, p.93).

Para WARAT (1999) são justamente os desejos, as intenções e os querereres que são evocados quando se desvela o material latente dos conflitos.

Conforme Moore (1998, apud ERNANDORENA, 2008, p.120) existe uma outra espécie de conflitos, os *emergentes*, ou seja, ambas as partes reconhecem que existe uma disputa surgindo e ensejando uma troca de tons severos entre elas, que não sabem como resolver o problema. Leciona MOREÍ (2003) apud ERNANDORENA (2008, p.120) que:

Em nossa sociedade o conflito se associa à rivalidade, a oposição, e à diferença, e esta é mal vista em nosso sistema de crenças. Muitas vezes se vive as diferenças como uma agressão. Mas o antagonismo não é destrutivo em si, nem bom em si, mas pode ser entendido como um elemento da evolução, e mais, um dos elementos da própria vida. Portanto, os antagonismos são parte integral do meio onde nascemos, nos criamos e morremos; de forma que não podem ser extirpados, já que fazem parte de nossos sistemas de interação.

Contextualizando de forma geral, conflitos ambientais podem ser definidos como conflitos sociais que expressam lutas entre interesses divergentes que disputam o controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum (ALEXANDRE, 1999-a, p. 23)

Seguindo esta linha, Little (2001) define conflitos socioambientais, pertencentes a esta temática, como “disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural”.

A Lei 9.985/2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UCs). Tal lei conceitua Unidade de Conservação como:

I – unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

A partir do trecho retirado do SNUC, principalmente tratando-se o “espaço territorial” e dos conceitos acerca de conflitos e territórios, depreende-se que, natural e originalmente, devido a multiplicidade de atores envolvidos, a mediação de conflitos

socioambientais pode ser encarada como função relevante e contínua de uma Unidade de Conservação, sejam elas enquadradas no grupo de Proteção Integral ou de Uso Sustentável.

Desse modo, as disputas acirradas tendem aumentar os conflitos pela apropriação, controle e uso dos recursos naturais após a criação, gestão e implantação de Unidades de Conservação.

Tais conflitos estão evidenciados, em uma situação como essa, em que existe uma disputa constante de poder, principalmente no tocante à tomada de decisões em uma área onde existe atuação de poderes públicos federal, estadual e municipal.

### 2.3. RESERVA EXTRATIVISTA NO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A Reserva Extrativista integra o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9.985/2000). Partindo do ponto em que a Reserva Extrativista (objeto de estudo deste trabalho) integra o grupo de Uso sustentável, é importante ressaltar que segundo o SNUC em seu artigo 7º § 2º, “O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”. Ainda segundo o referido Sistema, em seu artigo 18, a Reserva Extrativista é tratada como:

uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

É clara e evidente a importância dada às comunidades tradicionais, definidas pelo Decreto nº 6040, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades, como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Segundo o disposto no SNUC, no mesmo artigo, a RESEX é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, as áreas particulares, tal como se vê no texto original:

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

As populações tradicionais das áreas que compõem uma Reserva Extrativista, para fins de legalização, deverão assinar um contrato de concessão de direito real de uso com o poder público, podendo, desta forma, residir na área de uma Reserva Extrativista (IBAMA, 2013). Tratando deste ponto, o artigo 23 esclarece:

Art. 23 A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

§ 1º As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação.

§ 2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas:

I - proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;

II - proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;

III - demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.

A gestão da referida Unidade de Conservação ficará a cargo de um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos diversos atores sociais envolvidos. O artigo § 2º faz menção a isto:

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

Como categoria do SNUC, a Reserva extrativista deverá dispor de um Plano de Manejo (aprovado pelo seu Conselho Deliberativo), sendo que na elaboração, atualização e implementação, no caso da RESEX, será assegurada a ampla participação da população residente. Tal regra é observada no artigo 27 do referido Sistema:

Art. 27. As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo. (Regulamento)

§ 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

§ 2º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente.

De certo, a Reserva Extrativista e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável são, quando se trata de comunidades tradicionais, os principais tipos de Unidades de Conservação. Desta forma, tudo aquilo exposto sobre RESEX dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, é baseado no bem-estar dessas comunidades.

#### 2.4. AS DISPUTAS NO/DO TERRITÓRIO: ATIVIDADES ECONÔMICAS X USO SUSTENTÁVEL DE RESERVAS EXTRATIVISTAS

Como já exposto, a Reserva Extrativista integra a categoria “Uso Sustentável” do SNUC, e o termo que nomeia tal categoria é definido, pelo próprio Sistema de Unidades de Conservação como “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável”.

As Unidades de conservação, em geral, podem ser inseridas em uma dicotomia profunda, na qual tenta-se conservar e/ou preservar áreas naturais significativas sem grandes impactos à atividades econômicas. Em Unidades de Conservação tidas como de “Uso Sustentável” deve-se compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000). Sendo assim, para que exista a compatibilização

citada, deve-se distinguir quais atividades poderão compor a sustentabilidade no âmbito de uma Reserva Extrativista.

Ressalta-se a importância da definição das atividades econômicas dentro do polígono territorial de uma RESEX, assim como também entender a dinâmica econômica do seu entorno, uma vez que influencia desde a delimitação da área da RESEX até o desenvolvimento sustentável pós-implantação, pois atividades rurais, imobiliárias e turísticas podem interferir no ambiente protegido.

Além de iniciativas extrativistas e de agricultura familiar, em seu artigo 18, § 3º, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação expõe que “a visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área”. Ainda no mesmo artigo, agora no § 4º, trata-se da visitação pública que “é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento”.

No § 6º, expõe-se que “são proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional”, enquanto o § 7º apresenta uma situação excepcional, onde manifesta que “exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista”.

Diante do exposto neste tópico do trabalho, CHAMY (2002) ressalta:

Existe assim, um indicativo de que este tipo de unidade de conservação, ao reconhecer os direitos tradicionais de segmentos excluídos da sociedade, consolidar-se como uma forma endógena de desenvolvimento social e ecologicamente desejável. Neste sentido a regulamentação do Estado e a necessidade de ir-se além das regras de mercado são fundamentais para o sucesso das reservas extrativistas.

De certo, as Unidades de Conservação da categoria Reserva Extrativista deve prezar pelo desenvolvimento social das comunidades tradicionais envolvidas. As questões relacionadas às atividades econômicas devem ser observadas em seu processo de implantação, pois, com o funcionamento da RESEX, os interesses do extrativismo comunitário e o da conservação ambiental deverão ser os únicos focos.

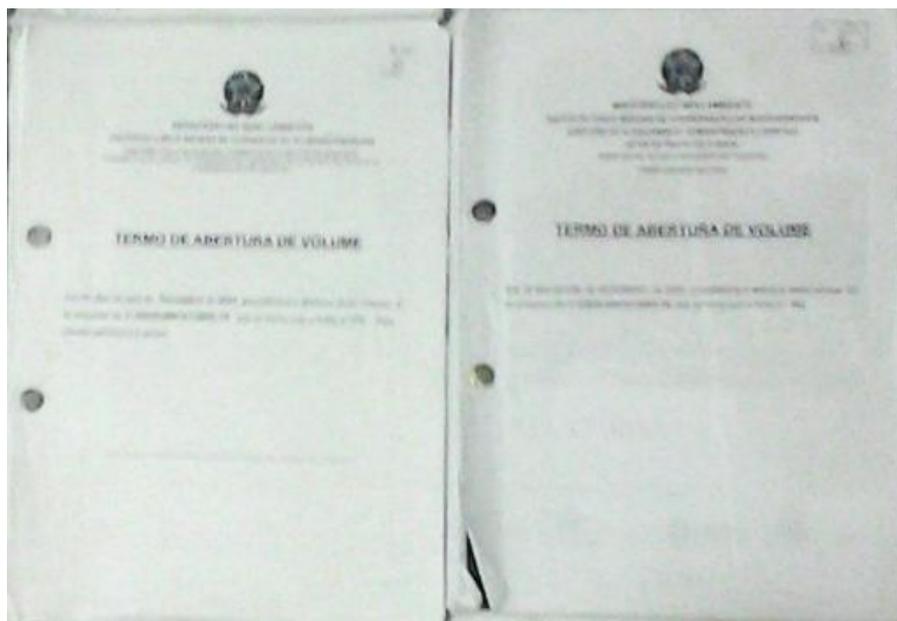
## **CAPÍTULO 3**

# **CONTEXTO HISTÓRICO E AS UNIDADES DE PAISAGEM DA RESEX**

### **3- CONTEXTO HISTÓRICO E AS UNIDADES DE PAISAGEM DA RESEX**

#### **3.1. HISTÓRICO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO LITORAL SUL DE SERGIPE**

A descrição do histórico do Processo de implantação da RESEX do Litoral Sul é apresentada a partir dos 8 (oito) volumes organizados inicialmente pelo IBAMA e, posteriormente, pelo ICMbio. Nestes volumes, todos os detalhes pertinentes ao processo estão expostos (Figura 14).



**Figura 14 - Imagem dos processos.**

VOLUME 1 – Abertura e aceitação do processo.

**Aberto:** 11/2005;

**Fechado:** 03/2008

A criação da RESEX foi proposta em 2005, a partir da solicitação da Colônia de Pescadores de Estância (Z4) em conjunto com a ONG Água é Vida, perante ao IBAMA. O apoio para tal pedido foi demonstrado a partir de um abaixo-assinado que contou com 989 (novecentas e oitenta e nove) assinaturas de pessoas da área da Colônia de Pescadores (Z4). Posteriormente, o IBAMA solicitou a análise imediata sobre a viabilidade da implantação da Unidade de Conservação proposta.

Outras instituições demonstraram apoio, a exemplo da Colônia Z3, que enviou ao IBAMA, um abaixo-assinado contendo 737 (setecentas e trinta e sete) assinaturas e da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Luzia do Itanhaí, que manifestou o apoio formalmente. Após parecer favorável ao início do Processo, o IBAMA realizou as primeiras reuniões com atores sociais locais, como por exemplo a I Reunião de oitiva para implantação da RESEX (realizada em Indiaroba). Já neste primeiro Volume algumas manifestações conflituosas são detectadas a partir das primeiras exposições contrárias à criação da Reserva extrativista.

VOLUME II – Agregação de novos parceiros e realização das primeiras análises socioambientais.

**Aberto:** 03/2008;

**Fechado:** 12/2008

Foram levantados os primeiros dados Socioeconômicos. Neste período, o IBAMA e outros órgãos demonstraram preocupação com a conservação da espécie do Macaco Guigó (encontrada na região do Litoral Sul Sergipano).

Na área proposta para a RESEX, também desde 2005, existe um processo de estudo para criação do Território Quilombola (TQ) Luzienses. Assim, esta comunidade também passa a ser inserida nas discussões acerca da Reserva Extrativista. O Poder Público manifesta-se a partir das primeiras Intervenções da Promotoria de meio ambiente de Sergipe sobre a regularização dos empreendimentos locais.

Neste Volume consta o posicionamento conjunto do IBAMA e da ADEMA sobre a utilização das estruturas de aquiculturas instaladas em APP's e a descrição de Reuniões e oficinas para esclarecimentos sobre a UC. Nesse mesmo documento surge pela Primeira vez o nome RESEX das Mangabeiras, num título definido em reunião organizada pelo IBAMA.

Visando a composição das discussões sobre os limites da área da Reserva Extrativista, foram então levantados os imóveis presentes na RESEX, a partir da Gerência Regional do Patrimônio da. União, em Sergipe. Com o mesmo propósito, o IBAMA solicita, junto a ADEMA, o levantamento dos empreendimentos de carcinicultura presentes nos estuários dentro dos municípios propostos para compor a RESEX.

Outra iniciativa importante e decisiva foi a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMbio que passará administrar a condução do processo de Criação da Reserva Extrativista. Solicitações de documentações por parte do ICMbio.

### VOLUME III – Primeiras discussões sobre os limites da área proposta da RESEX

**Aberto:** 12/2009

**Fechado:** 11/2011

O Volume III tem início evidenciando o estreitamento do Movimento das Catadoras de Mangaba com as discussões sobre a criação da RESEX. Neste documento estão anexados o relatório do “1º Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe” e uma carta aberta deste movimento, nos quais os componentes solicitam, dentre outras coisas, a conservação dos ambientes naturais dos quais dependem.

Outro ponto importante deste volume é o início das discussões formais acerca da delimitação da área proposta para abrigar a possível Reserva Extrativista. No povoado Pontal, em Indiaroba, por exemplo, houve manifestações contrárias e a favor da inclusão desta localidade na área da futura Unidade de Conservação. Além disso, consta ofício de pescadores da Colônia Z4 relatando o fechamento, por parte de particulares, de acesso ao rio Piauí.

Neste arquivo encontra-se o documento intitulado “Estudos biológico e socioeconômico – RESEX do Litoral Sul de Sergipe”. Este, foi elaborado pelos órgãos federais MMA, ICMbio, IBAMA e CNPT. A partir dos resultados do estudo citado e da realização de

um diagnóstico participativo envolvendo atores sociais envolvidos, delimitou-se a primeira proposta do polígono da Reserva Extrativista de Sergipe.

VOLUME IV – Consolidação das discussões acerca dos limites da Área da Reserva Extrativista.

**Aberto:** 11/2011;

**Fechado:** 11/2011.

Este volume apresenta Relatório Completo de atividades desenvolvidas referentes à composição da proposta de criação da Unidade de Conservação em questão. Neste período, outras reuniões institucionais com as comunidades foram realizadas, sendo todas registradas junto às listas de presença. Dentre as questões tratadas, destacaram-se a revisão dos limites junto ao INCRA e discussões sobre a proposta de criação do Território Quilombolas Luzienses.

O período descrito nesse volume pode ser encarado como o início da participação ativa das catadoras de mangaba que, em 2010 passaram a ser reconhecidas por lei como comunidade tradicional. O INCRA apresentou a proposta de obtenção de terras para atendimento das demandas das comunidades tradicionais extrativistas do litoral Sul do Estado de Sergipe, inserindo o laudo agrônomo de fiscalização, vistoria e avaliação.

VOLUME V – Retomada das ações relacionadas ao Processo de Criação.

**Aberto:** 11/2011;

**Fechado:** 11/2011

Os Volumes IV e V foram abertos, fechados e instruídos nos mesmos mês e ano, tratando de um período que, se comparado ao descrito no volume III, caracteriza um hiato considerável entre aqueles dois momentos. Diante dessa situação, o Ministério Público instaura, em 2010, Inquérito Civil Público para apurar a criação da RESEX e solicita prestação de informações atualizadas sobre o andamento do processo ao ICMbio. Este responde que o atraso ocorreu devido ao seu período de estruturação institucional e definição de competências e retoma as ações da criação da Unidade de Conservação. Dentre essas ações estão a contratação de consultor externo para realização dos estudos fundiários necessários, levantamento de

dominalidades de terras, junto a INCRA, Prefeituras e Cartórios e Relatório Técnico Fundiário para criação da RESEX Litoral Sul/Mangabeiras.

Neste mesmo Volume foi traçado um perfil do Movimento das Catadoras de Mangaba, incluindo-se o Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe e materiais publicitários relacionais ao movimento.

VOLUME VI – Complementação de informações que irão compor a Consulta Pública.

**Aberto:** 11/2011

**Fechado:** 09/2012

Nesse período, foram complementadas as informações acerca de Registros de imóveis nos municípios da RESEX, sendo levantadas memórias de Reuniões com atores do poder público e elaborado relatório de atividades desenvolvidas (reuniões e oficinas participativas). Encontro com Prefeitos dos quatro municípios integrantes da proposta foi realizado, ressaltando-se o posicionamento oficial contrário da Prefeitura de Estância (Administração do Prefeito Ivan Leite).

Também durante esse intervalo de tempo foram inseridos outros abaixo-assinados favoráveis a RESEX das comunidades envolvidas e o documento “Estuário dos rios real e Piauí diagnóstico situacional dos portos utilizados por pescadores artesanais”. Discussão extensa sobre o Território Quilombolo Luziense foi realizada a partir de relatório elaborado pelo IBAMA e foram entregues os Primeiros Convites para participação da Consulta pública, em 07/12/2011.

VOLUME VII – Apresentação da Proposta de Criação da RESEX.

**Aberto:** 09/2012

**Fechado:** 09/2012

Continuação de entrega de convites para atores sociais envolvidos na consulta pública. Divulgação da Proposta de Criação de RESEX Litoral Sul de Sergipe, em que são

descritas informações conceituais sobre a RESEX e sua implantação, além de justificativas para criação, mapas que ilustram a proposta e benefícios trazidos com a implantação da RESEX.

VOLUME VIII – Retomada das ações relacionadas ao Processo de Criação.

**Aberto:** 09/2012

**Fechado:** 09/2012

Nesse período foi realizada a Consulta Pública para a proposta de criação da Reserva Extrativista do litoral de Sergipe, realizada em Estância em 07/12/2011, organizada pelo ICMBio. O Volume VIII contém a Ata da consulta pública e cartas oficiais de apoio a RESEX. A Consulta pública, que é requisito obrigatório para criação dessa UC, contou com atores do Poder Público, Sociedade Civil e Iniciativa Privada. Foi Facilitada por um professor-consultor, contratado pelo ICMBio, e os diversos atores puderam declarar seus posicionamentos, contrários ou a favor sobre a implantação da Reserva Extrativista do Litoral Sul.

Após a realização da Consulta Pública, como requisito obrigatório, o ICMBio requisitou posicionamento de atores estratégicos do Poder Público para a implantação da RESEX.

A análise do processo proporciona a ampliação de uma visão sistêmica sobre a implantação da Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe, indicando características homogêneas que encaminham a definição das Unidades de Paisagem, apresentadas neste capítulo;

### 3.2. UNIDADES DE PAISAGEM NOS LIMITES PROPOSTOS PARA A RESEX

Nesta pesquisa, a delimitação do espaço em unidades de paisagem fez-se necessária para entender o contexto ecológico-ambiental dos conflitos identificados durante a elaboração do trabalho. A definição das Unidades de paisagem está também diretamente ligada a interpretação da reapropriação social da natureza (formação de novos territórios) da área em

estudo, já que a implantação de uma Unidade de Conservação de Uso sustentável pressupõe a sustentabilidade das intervenções antrópicas permitidas na área.

A partir de características que se relacionam e formam relativa homogeneidade, foram sugeridas 5 (cinco) Unidades de Paisagem (UP-1, UP-2, UP-3, UP-4 e UP-5), onde a Geomorfologia e o uso e a cobertura do solo serviram como critérios formadores das UP's (FIGURA 23). É importante ressaltar a aplicação dos critérios citados não foi feita de forma aleatória e sim a partir de todo o contexto que envolve a possibilidade da criação de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável no Litoral Sul de Sergipe.

Os dados utilizados estão disponíveis no Atlas Digital sobre Recursos Hídricos de Sergipe através do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos de Sergipe – SIRHSE, Versão 13.1. O Mapa de Utilização Fundiária, que poderia auxiliar na identificação do uso do solo, não foi disponibilizado pelo ICMbio, que culpou a imprecisão dos dados pela não liberação.

### **3.2.1 Geomorfologia – Classes e Unidades de Paisagem**

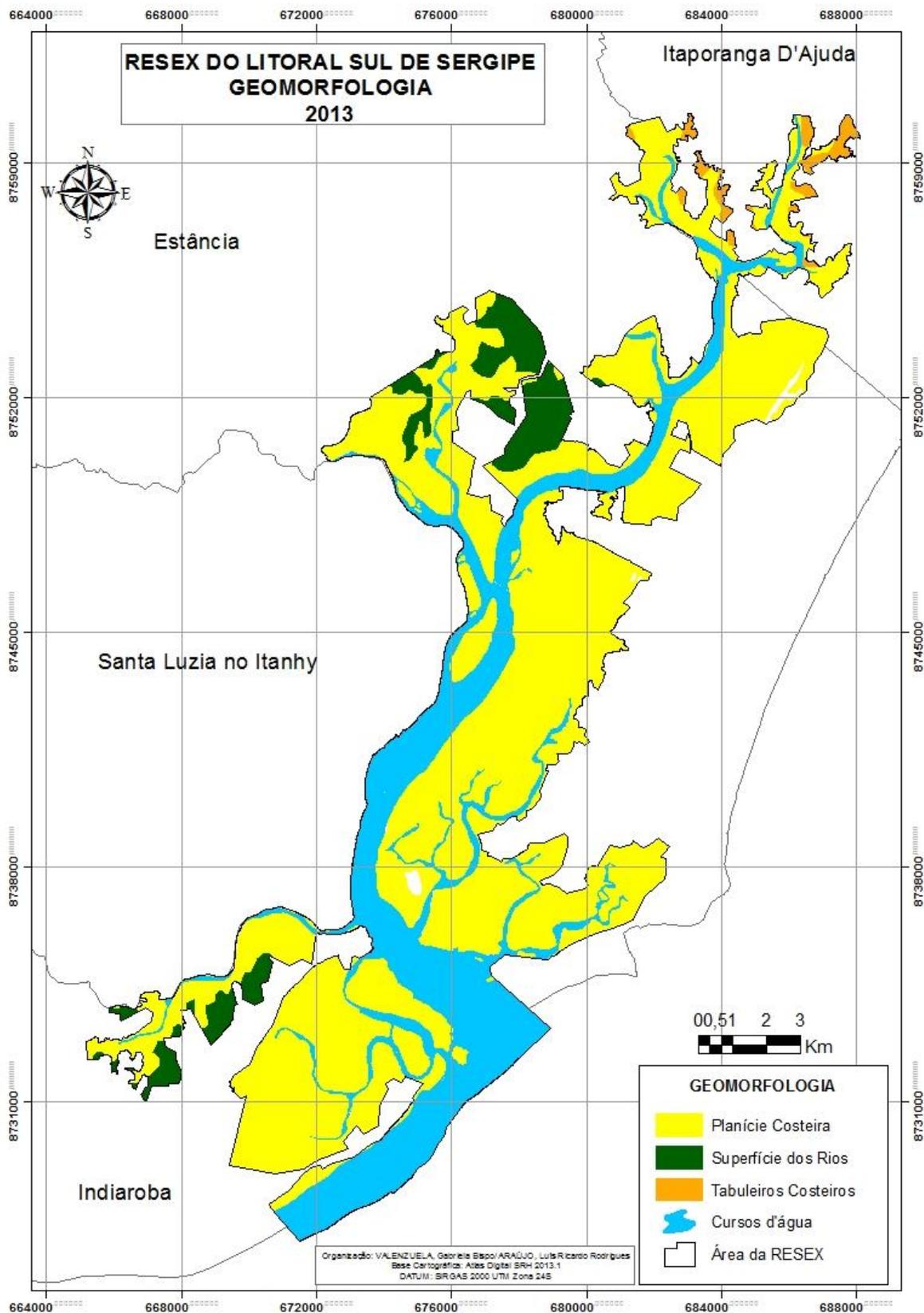
A Geomorfologia do polígono proposto é composta em grande parte por Planícies Costeiras, porém, Superfícies de Rios e pequenos trechos de Tabuleiros Costeiros também foram identificados (FIGURAS 15).



**Figura 15 - Planície Costeira. Fonte: Trabalho de Campo, Estância-SE, 2013.**

As Planícies Costeiras, principal classe geomorfológica (Figura 16) identificada na polígono proposto para Reserva Extrativista, são definidas por SUGUIO (2003) como “superfícies geomorfológicas deposicionais de baixo gradiente, formadas por sedimentação predominantemente subaquosa, que margeiam corpos de água de grandes dimensões”.

As superfícies de rios, terminologia inserida no SIRHSE, são relevos peculiares que margeiam rios. Tabuleiros Costeiros são, segundo Cintra et. al. (1997), “superfícies em forma de mesetas cujos topos apresentam-se planos ou com suaves ondulações e têm origem nos sedimentos do grupo Barreiras Terciário Superior”.



**Figura 16 - Geomorfologia da Área em estudo. Organização: VALENZUELA, G. B. Base Cartográfica: Atlas digital SRH 2013.1. DATUM: SIRGAS 2000 UTM Zona 24S**

Por possibilitarem uma visão homogênea da paisagem, as subclasses geomorfológicas Planícies Fluvio-marinhas, Relevos Dissecados em Colinas e Interflúvios Tabulares e Terraços Fluvial, Marinhos e Fluvio-marinhos, serviram como base para a constituição das Unidades de Paisagem (Quadro 2 e Figura 17).

## CLASSES GEOMORFOLÓGICAS - CONCEITO E UNIDADE DE PAISAGEM

### **PLANÍCIES FLUVIOMARINHAS**

São componentes que estão em constante evolução, mantendo a dinâmica natural. (ARAÚJO & FREIRE, 2007)

### **RELEVOS DISSECADOS EM COLINAS E INTERFLÚVIOS TABULARES**

Segundo VIANNA e SCHEIBE “Relevos dissecados são indícios de zonas com mantos de alteração pouco espessos”

Segundo FREITAS FILHO (2011) “Os interflúvios tabulares são superfícies ligeiramente planas, com dimensões que não ultrapassam os duzentos metros.”

### **TERRAÇOS FLUVIAIS**

São compostos por material detrítico aluvional, cujas estruturas sedimentares refletem os mecanismos e os processos deposicionais fluviais (Christofolletti, 1981)

### **TERRAÇOS MARINHOS**

Os terraços marinhos são remanescentes de períodos pretéritos e se situam entre 10 e 12 m de altitude. (ACIESP, 1987)

### **TERRAÇOS FLUVIOMARINHOS**

Segundo SOUZA (2001) “são depósitos fluviais/aluviais que sofreram erosão e acumulação dividido aos rios e mares.”

**Quadro 2 - Subclasses Geomorfológicas: Conceito e Classe. Fonte: Elaboração do Autor**

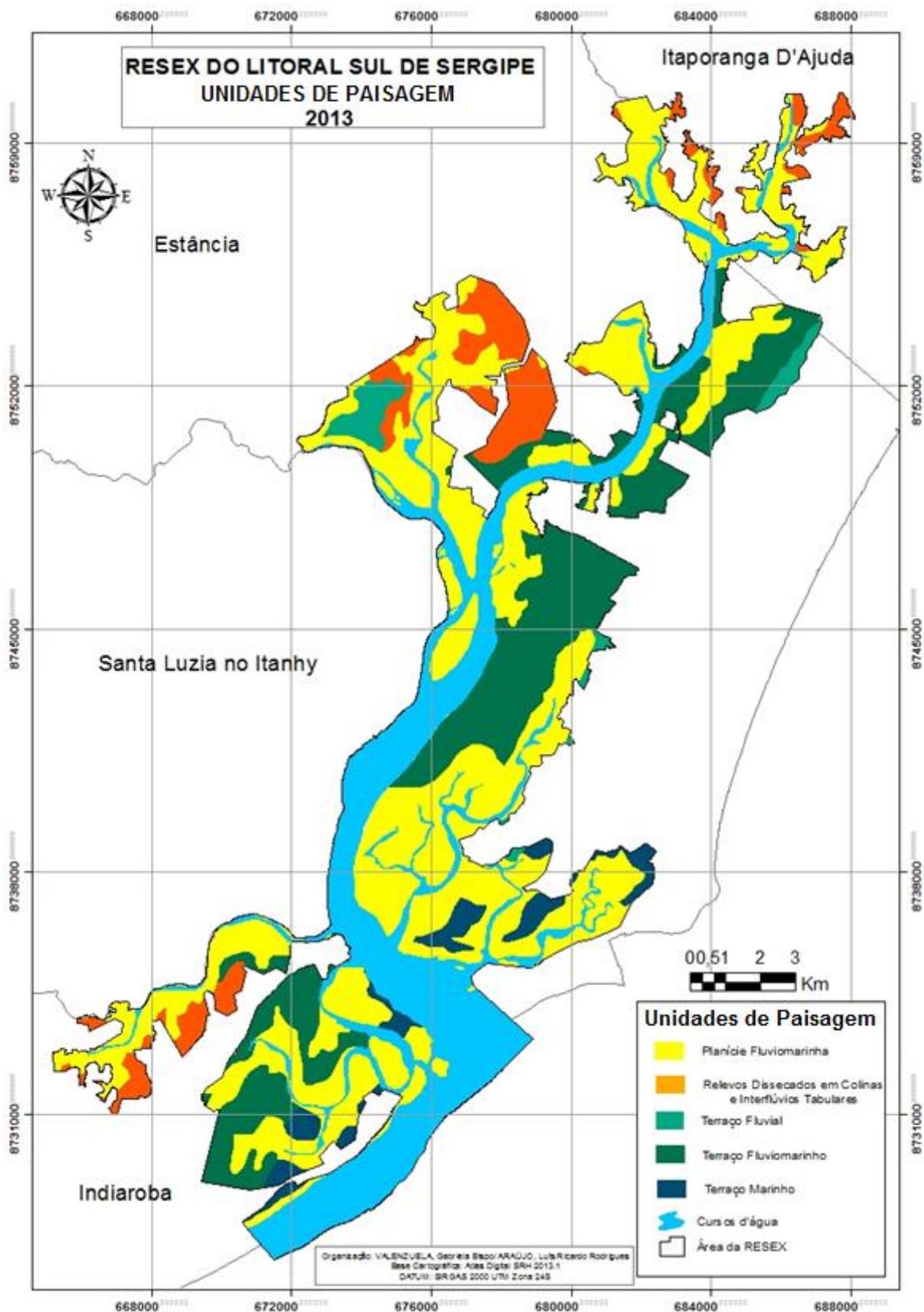


Figura 17 - Unidades de Paisagem. Organização: VALENZUELA, G. B. Base Cartográfica: Atlas digital SRH 2013.1. DATUM: SIRGAS 2000 UTM Zona 24S

### 3.2.2 Uso do Solo e Cobertura Vegetal

Por se tratar de uma Reserva Extrativista, o Uso do solo e a Cobertura vegetal locais complementaram o conjunto de informações necessárias para elaboração das Unidades de Paisagem elaboradas para este trabalho. O uso da Terra e Cobertura Vegetal evidenciam a relação histórica recente entre ações antrópicas e o meio natural.

As mudanças nos limites territoriais propostos para a RESEX estabeleceram os tipos de usos do solo dentro deste perímetro. Por exemplo, os empreendimentos de carcinocultura e os povoados da região não foram inseridos. Por isto, foram identificados apenas pontos de coleta de mangaba, cultivos e portos para pesca (Figura 18).

O extrativismo de mangaba foi identificado a partir da análise do ‘Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe’, encontrado no processo de criação da RESEX, disponibilizado pelo ICMbio. Os cultivos foram inseridos a partir dos dados do ‘Atlas Digital sobre Recursos Hídricos de Sergipe. Os vinte portos inseridos, que explicitam o extrativismo local por pesca, foram captados a partir das coordenadas também contidas no Processo supracitado, apesar de não serem os únicos, foram alvos de fiscalização direta do INCRA, o que demonstra a sua importância.



Figura 18 - Porto de apoio à pesca artesanal. Fonte: trabalho de campo, Estância-SE, 2013

Enquanto o Uso do Solo particulariza as paisagens e pode evidenciar iniciativas extrativistas, a assimilação da cobertura Vegetal (Figura 20) contribui para a definição do nível de conservação da natureza local. No polígono em estudo, a predominância é de vegetação de manguezal e de restinga. Trechos de Pastagem e Floresta Ombrófila também fazem parte, afora algumas áreas dentificadas com Assoreamento do solo.

A vegetação de manguezal (Figura 20) concentra-se, principalmente, nas Planícies Fluviomarinhas, enquanto a de Restinga é encontrada, em grande parte, nos Terraços Fluviomarinhos. A Pastagem tem predomínio nos Relevos dissecados em Colinas e Interflúvios Tabulares e a Floresta Ombrófila ocupa pequenas áreas de Terraço Fluvial e Planícies Fluviomarinhas.



**Figura 19 - Vegetação de Mangue. Fonte: trabalho de campo, Itaporanga D’Ajuda-SE, 2013.**

As superfícies de rios, terminologia inserida no SIRHSE, são relevos peculiares que margeiam rios. Para efeitos desta pesquisa, entende-se que tabuleiros Costeiros é definido por conceito de Cintra et. al. (1997) aqui já exposto.

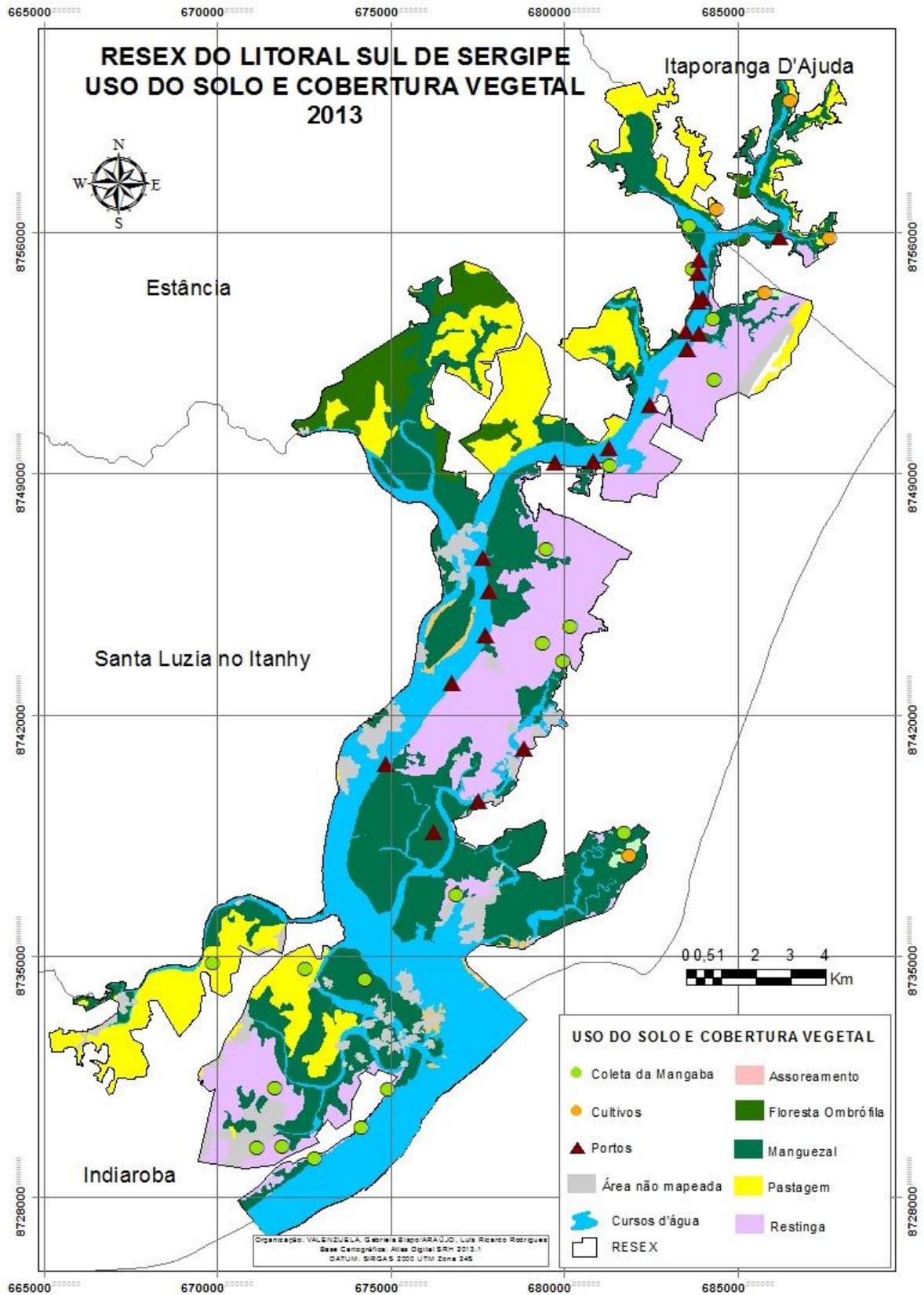


Figura 20 - Uso do solo e Cobertura Vegetal. Organização: ARAÚJO, L. R. R. Base Cartográfica: Atlas digital SRH 2013.1. DATUM: SIRGAS 2000 UTM Zona 24S

### **3.2.3 Unidades de Paisagem e Conflitos Territoriais**

Tendo como ponto chave as 5 (cinco) Unidades Geomorfológicas identificadas dentro dos limites propostos para a RESEX, foram definidas as Unidades de Paisagem e seus aspectos territoriais e, dentro do exposto sobre cobertura vegetal e uso do solo, definiu-se os aspectos territoriais a serem considerados em um contexto de conflitos (Quadro 3 e Figura 21).

#### **Planície Fluviomarinha**

Esta Unidade de paisagem apresenta cobertura vegetal com predomínio de Manguezal, e área de Restinga, principalmente às margens do Rio Fundo e Rio Piauí. Existe também parcela de Floresta Ombrófila e alguns pontos isolados de Pastagem e Assoreamentos do Rio Piauí.

O Uso do Solo é composto por iniciativas de cultivos e pontos onde as catadoras de mangaba, atores sociais relevantes neste trabalho, exercem suas atividades de tipo extrativista. Nesta UP, o extrativismo por pesca é marcante já que 14 dos 20 portos sinalizados encontram-se nela.

Obedecendo os critérios definidos para definição de Unidade de Paisagem, esta é definida como Planície Fluviomarinha com Extrativismo por pesca e coleta de mangaba

#### **Terraço Fluvial**

A UP Terraço Fluvial tem cobertura vegetal imprecisa, onde, dentro do recorte proposto para tal UC, esta Unidade apresenta fragmentos de Pastagem, vegetação de restinga e Floresta Ombrófila. Ressalta-se que os dois maiores fragmentos encontram-se em locais distintos, um mais próximo ao litoral do município de Estância e outro mais próximo à sede do mesmo.

Referente ao Uso do solo, nota-se a inexistência de uso extrativista. A área não é zona de utilização de portos para a prática da pesca e não foi identificada, a partir da análise do Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe, nenhuma iniciativa extrativista de Coleta da Mangaba, o que presume a incompatibilidade do tipo de terreno com a atividade citada.

Diante do exposto, esta Unidade de paisagem foi classificada como Terraço Fluvial com Cobertura vegetal múltipla e imprecisa e inexistência de extrativismo.

### **Terraço Marinho**

Esta UP apresenta pontos distribuídos por zonas diversas do polígono proposto, sempre em espaço reduzido, cercada, em grande parte por Planície Fluviomarinha. A Unidade de Paisagem Terraço Marinho é Dominada por vegetação de Manguezal e pontos isolados de espécies vegetais de ambiente de Restinga.

A presença de dois pontos de Coleta de Mangaba destaca a importância extrativista deste ambiente, que há zona de encontro com o Terraço fluviomarinho em todos os pontos identificados. A ausência dos portos identificados por esta pesquisa evidencia a prática do extrativismo por pesca, já que esta UP não possui encontro direto com Recursos Hídricos fluviais.

Identificou-se esta Unidade de Paisagem como Terraço Marinho com Domínio de Manguezal existência de extrativismo por coleta de Mangaba.

### **Terraço Fluviomarinho**

A Unidade de Paisagem Terraço Fluviomarinho tem ascendência de vegetação típica de ambiente de Restinga, principalmente ao longo do encontro dos Rios Piauí e Fundo, sendo que cobertura vegetal de Manguezal e fragmentos de ambiente de pastagem também são detectados.

Esta Unidade configura-se como importante ponto de extrativismo dentro da Reserva Extrativista proposta, já que portos e pontos de coleta de Mangaba, principais atividades desse tipo na região, são identificados. Mesmo assim, residências foram identificadas nesta área, destoando do padrão desta Unidade de Paisagem.

A área desta Unidade de Paisagem foi denominada como Terraço Fluviomarinho com Predomínio de Restinga, presença de residências e extrativismo por pesca e coleta de mangaba

### **Relevos dissecados em Colinas e Interflúvios Tabulares.**

Com predomínio claro de pastagem em sua classificação de Cobertura Vegetal e localização sempre em zonas limítrofes da proposta de polígono da Reserva Extrativista. Por esta região não ser atingida diretamente por rios, principalmente por isto e dentro dos limites propostos, nela não foi identificado o extrativismo pesqueiro, como também o extrativismo de mangaba.

Sendo assim, a Unidade de Paisagem foi classificada como Relevos dissecados em Colinas e Interflúvios Tabulares com Domínio de Pastagem e inexistência de extrativismo.

Diante do exposto até aqui, sobre geomorfologia, cobertura vegetal e uso do solo, pôde-se elaborar o quadro síntese a seguir, sobre as unidades de paisagem identificadas:

**DINÂMICA AMBIENTAL E REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA RESEX**

<b>UNIDADE DE PAISAGEM</b>	<b>COBERTURA VEGETAL</b>	<b>USO DO SOLO</b>	<b>ASPECTOS TERRITORIAIS</b>
<b>UP-1 Planícies Fluviomarinhas</b>	Predomínio de Manguezal, e Restinga e pontos isolados de Assoreamentos, Floresta Ombrófila e Pastagem.	Cultivos, Portos e Coleta de Mangaba identificados	Extrativismo por pesca e coleta de mangaba
<b>UP-2 Terraço Fluvial</b>	Cobertura Vegetal Imprecisa, com pontos de Pastagem, Restinga e Floresta Ombrófila	Inexistência de extrativismo	Cobertura vegetal múltipla e imprecisa e inexistência de extrativismo
<b>UP-3 Terraço Marinho</b>	Domínio de Manguezal e pontos isolados de Restinga	Coleta de Mangaba	Existência de extrativismo por coleta de Mangaba
<b>UP-4 Terraço Fluviomarinho</b>	Predomínio de Restinga, existência de Manguezal e pontos isolados de pastagem	Portos, residências e coleta de mangaba identificados	Predomínio de Restinga, presença de residências e extrativismo por pesca e coleta de mangaba
<b>UP-5 Relevos dissecados em Colinas e Interflúvios Tabulares.</b>	Domínio de Pastagem com pequena parcela de Manguezal	Inexistência de extrativismo nessa unidade	Domínio de Pastagem e inexistência de extrativismo

**Quadro 3 - Unidades de Paisagem. Fonte: Elaboração do Autor.**

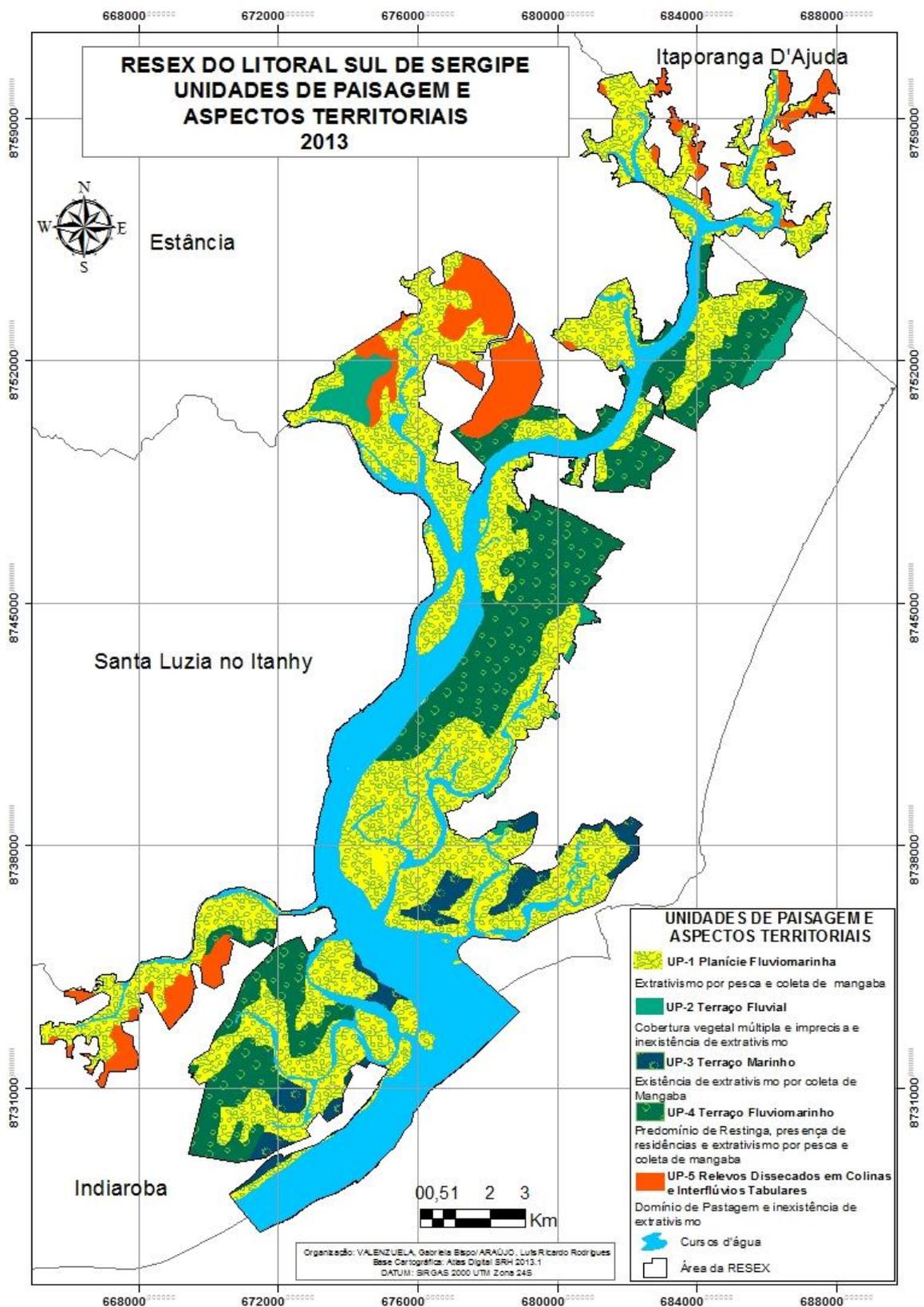


Figura 21 - Unidades de Paisagem e Aspectos Territoriais. Organização: VALENXUELA, G. B. e ARAÚJO, L. R. R. Base Cartográfica: Atlas Digital SRH 2013.1 DATUM SIRGAS 2000. UTM 24S.

Os aspectos territoriais identificados nas Unidades de Paisagem, a partir dos elementos que as envolvem, evidenciam uma multiplicidade de atores sociais impulsionadores de conflitos por territórios, os quais serão expostos e discutidos no capítulo a seguir.

## **CAPÍTULO 4**

# **REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA A PARTIR DAS PROPOSTAS DE LIMITES PARA A RESEX**

#### 4. REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA A PARTIR DAS PROPOSTAS DE LIMITES PARA A RESEX

Neste capítulo foram apresentadas discussões sobre territorialidades, conflitos territoriais, configuração da dinâmica ambiental, a partir da realidade evidenciada, durante o estudo, na área proposta para RESEX do Litoral Sul de Sergipe.

##### 4.1 TERRITORIALIDADES EVIDENCIADAS ATRAVÉS DA ANÁLISE DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA RESEX NO LITORAL SUL DE SERGIPE.

###### 4.1.1 Caracterização dos atores sociais

Os atores sociais envolvidos no processo de implantação da Reserva Extrativista do Litoral Sul foram identificados durante o desenvolvimento desta pesquisa, posteriormente foram listados no Quadro 4 e descritos logo após.

ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA RESEX		
Poder Público	Sociedade Civil	Iniciativa Privada
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio	ONG Água é vida	Carcinicultores
Instituto Brasileiro de Meio ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA	Colônia de Pescadores Z4	Latifundiários
Governo do Estado de Sergipe	Catadoras de Mangaba	Proprietários de Terra
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra	
Prefeitura de Itaporanga D'Ajuda	Associações Comunitárias	
Prefeitura de Estância	Marisqueiras	
Prefeitura de Santa Luzia do Itanhi		
Prefeitura de Indiaroba		
Assembleia Legislativa		

### **Poder Público:**

Dentro do processo da RESEX, houve intervenção do poder público a partir dos 3 (três) poderes definidos no sistema da República Federativa do Brasil: O Executivo; o Legislativo; e o Judiciário.

O Poder Executivo federal atuou a partir das suas Autarquias, ICMbio, responsável pela elaboração e execução da proposta de criação da RESEX e também pela futura Administração da UC; o IBAMA, que foi o responsável pelo processo até a criação do ICMbio e depois passou a atuar como órgão auxiliar; e o INCRA, que auxilia em todos os trabalhos relacionados à ordem fundiária. O Poder Executivo estadual manifesta-se a partir de sua Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, principalmente pela Superintendência de Biodiversidade e Floresta. O Executivo municipal possui representações múltiplas, já que são 4 (quatro) o número de municípios que compõem a proposta da RESEX. As Prefeituras de Itaporanga D’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba atuam nas discussões relacionadas à criação da Nova UC.

O Poder Legislativo atua, principalmente, a partir de manifestações de apoio à criação da RESEX e, em alguns casos, com tentativas de agilização do processo. Os Deputados

**Quadro 4 - Atores sociais envolvidos no processo de implantação da RESEX. Fonte: Elaboração do Autor**  
Estaduais João Daniel e Ana Lúcia são apoiadores declarados da criação da Reserva Extrativista.

O poder Judiciário, buscando garantir os direitos individuais, coletivos e sociais e ainda resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado, atua principalmente a partir da provocação do Ministério Público Federal/SE que, por sua vez, trabalha na fiscalização das leis e normas no que diz respeito aos elementos que envolvem a criação da RESEX.

### **Sociedade Civil**

No Caso da Sociedade Civil, a manifestação é motivada, especialmente, pelos atores extrativistas, principal público-alvo de uma Reserva Extrativista.

A Sociedade Civil é, por conter as comunidades tradicionais, definitivamente, o setor de atores mais relevantes. As discussões acerca da nova Unidade de Conservação iniciaram-se a partir de anseios manifestados pela Colônia de Pescadores Z4, apoiada pela ONG Água é vida. Outros movimentos sociais também integram as discussões, a exemplo do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe, com forte atuação no Litoral Sul, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, e de Associações Comunitárias e de Marisqueiras.

### **Iniciativa Privada**

A Iniciativa Privada pode ser encarada, em geral, como a principal opositora da Criação da Reserva Extrativista do Litoral Sul, já que seus interesses focam a utilização dos recursos naturais locais para alavancar seus negócios comerciais, o que nada tem a ver com o extrativismo sustentável definido pelo SNUC em áreas de RESEX.

Os Carcinicultores são considerados, pelos elementos citados da Sociedade Civil, como os grandes geradores de impactos negativos para o meio ambiente local. A carcinicultura ocupa grandes faixas de terra e é um tipo de atividade que não pode ser desenvolvida dentro dos Limites de uma Reserva Extrativista. Os proprietários de terras, principalmente os latifundiários, temem a perda (total ou em parte) de suas propriedades, já que dentro da Unidade de Conservação em questão, a terra deverá ser de domínio público.

Em suma, tem-se o poder público responsável pela regularização fundiária, gestão e implantação da UC; os proprietários de terras que nem sempre aceitam vender suas propriedades, e/ou estipulam valores bem acima do preço de mercado, além dos vários usos atribuídos a esses territórios que comumente geram impactos socioambientais. No seio deste jogo de disputas acirradas, estão as comunidades tradicionais na perspectiva de usarem os recursos naturais de onde extraem sua base de sustento, além de outros atores e interesses a depender da localização e das características da UC

## **4.2 CONFLITOS TERRITORIAIS EXISTENTES NA ÁREA DA PESQUISA.**

Dentro de uma arena de diversos atores, como a área onde está localizada a proposta da RESEX, os interesses são a chave para a configuração de uma disputa. No objeto desta pesquisa, quando a sociedade possui forte relação com o ambiente natural, os interesses são iminentemente territoriais, configurando assim conflitos socioambientais. O extrativismo das comunidades tradicionais e os interesses comerciais na área são os principais opostos.



Ator PP4

*“A criação da RESEX começou a partir de conflitos e o conflito continua tencionando todo o processo de estudo de criação. A Necessidade da Reserva surge pelos conflitos socioambientais”.*

O interesse extrativista está presente em comunidades tradicionais que dependem da retirada de recursos naturais para sua sobrevivência. Na região em foco, os pescadores, as marisqueiras e as catadoras de mangaba são os principais atores com essa característica e é isto que uma RESEX visa proteger.



Ator PP1

*“A criação de uma UC como esta, no caso, visa conservar os recursos naturais da área, garantir, tanto quanto possível os territórios de uso das populações, e o uso em si, sustentável, dos recursos utilizados. Em suma, garantir acessos, territórios, conservação dos recursos naturais e uso sustentável”*

Os pescadores tradicionais lutam pela proteção dos Recursos Hídricos Naturais da área, pela extinção da pesca predatória e pelo cumprimento da legislação pertinente. Desta forma, as espécies de peixes características da região poderão seguir seu ciclo reprodutivo normalmente e os pescadores terão como trabalhar na sua própria atividade.



Ator SC1

*O senhor precisa ver o resto da beleza que nós temos aqui, o manguezal. A nossa intenção é salvar o restinho que nós temos, porque quem viu isso aí a vinte anos atrás, pra ver hoje, fica chocado, quem dirá daqui a vinte anos?*

As catadoras de mangaba e as marisqueiras estão interessadas em contribuir ativamente para o sustento de suas famílias e para isto precisam de garantia de acesso aos locais de onde retiram mariscos e mangabas e que, principalmente, estes locais sejam inseridos dentro de políticas de conservação da natureza.



Ator SC2

*“A RESEX é isso, dessa forma todos terão como garantir a perpetuação dos saberes e práticas tradicionais.”*

O incentivo à prática de interesses comerciais na área visa a exploração comercial dos recursos da natureza. Na área, a aquicultura por carcinicultura e o turismo são as principais atividades com tais características, sendo que a primeira já é praticada ativa desde o fim da década de 1990 e a segunda ainda está em fase inicial de desenvolvimento.

Apesar de, territorialmente, não estar inserido dentro do último perímetro territorial proposto para a Reserva Extrativista do Litoral Sul, a carcinicultura é responsável pelo lançamento de dejetos nos Rios que estarão no contexto da Unidade de Conservação em contexto. As comunidades tradicionais posicionam-se contra estes empreendimentos e seus efeitos na natureza..



Ator SC1

*“Quando chegou aquele movimento de carcinicultura, tudo se acabou, primeiro fechou-se as estradas e depois os portos. Pelo lado de lá (do Rio Piauí, contrário ao lado da sede Estância), tá tudo fechado.”*

O turismo é uma atividade emergente no litoral Sul, acentuada com a construção da ponte “Gilberto Amado”, que contribuirá para o aumento de visitantes ao litoral sul sergipano. Os estuários do Rio Real, Fundo e Piauí reservam lugares de grande atração turística e fazem parte do Polo Turístico Costa dos Coqueirais. Se esta atividade for desenvolvida a partir de iniciativas predatórias e desorganizadas, este ambiente poderá sofrer grandes impactos.



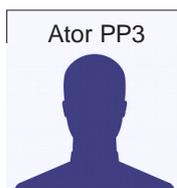
*“Na minha opinião, a implantação da RESEX não prejudicará a atividade turística, mas as percepções estão ligadas as pessoas e não aos cargos, então existem visões diferentes. Mas eu acho que ajuda, porque quanto maior a capacidade de instrumentar a comunidade local das limitações de uso, melhor. Principalmente quando se trata de uso sustentável, você cria novas possibilidades de fiscalização e gestão, esses instrumentos, pra um turismo estrategicamente planejado pra usar o segmento do ecoturismo, são extremamente bem-vindos.”*

Os interesses governamentais de aplicação de políticas públicas, em que seus titulares, dentro de um processo de criação de Unidade de Conservação, acabam agindo como agentes mediadores de conflitos, tendo que equacionar os interesses ligados ao desenvolvimento econômico àqueles que indicam ações de conservação da natureza.

A tipologia dos conflitos na área da proposta da Reserva Extrativista abordará o contexto que foi exposto acima.

#### **4.2.1. Tipologia dos conflitos**

Seguindo a linha dos elementos que envolvem a criação da RESEX e tratando dos conflitos na de implantação, pôde-se encarar os Conflitos Socioambientais na categoria macro, sendo seguido pelos conflitos territoriais e estes, por sua vez, subordinam os demais conflitos (Figura 24).



*“As Unidades de Conservação são criadas a partir do diálogo e do conflito”*

Dentro do contexto do Conflito Territorial, encontram-se os problemas e conflitos socioambientais relacionados com o processo de uso e ocupação do solo litorâneo que condicionam a produção do espaço geográfico. Neste sentido, os conflitos territoriais identificados foram os **Conflitos de acesso ao recurso natural; Conflitos de gestão pública de território; e os Conflitos de Uso do Solo.**



**Figura 22 - Conflitos Socioambientais. Fonte: elaboração do autor.**

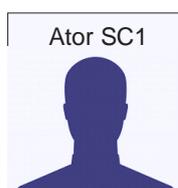
### **Conflitos de acesso ao recurso natural**

As comunidades tradicionais que estão ligadas ao ambiente da Reserva Extrativista proposta para o Litoral Sul de Sergipe nem sempre podem exercer suas atividades Extrativistas em terras próprias (Figura 23). Por conseguinte, precisam acessar propriedades privadas, o que pode ocasionar conflitos.



**Figura 23 - Atividade de Pesca. Fonte: trabalho de campo, Estância-SE, 2013.**

No caso dos Pescadores Artesanais, este tipo de conflito é detectado nos acessos aos pequenos portos de apoio para a sua Atividade. Segundo registro do INCRA, em seu Diagnóstico situacional dos portos utilizados por pescadores artesanais, “o estudo realizado nos estuários dos rios Piauí e Real permitiu concluir, através de informações de pessoas da região e observação, que de 39 portos visitados, 36 se encontravam com acesso impedido.”



Ator SC1

*“Bica, Porto da cruz... depois do porto da lagoa tem o Ouricuri e Farnaval, pronto! Depois disso tá tudo fechado. Tem propriedade que tem trator pra impedir que pescadores fiquem por lá.”*



Ator PP4

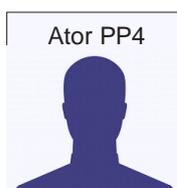
*“Na área, nós temos diversas propriedades privadas que fecham o acesso ao rio, as vezes não dão passagem aos pescadores e isso impede o trabalho e a coleta dos recursos naturais que as comunidades necessitam.”*

A partir desses dados, detecta-se um conflito já presente no processo de implantação da Reserva Extrativista. Pescadores artesanais estão tendo seu sustento dificultado porque proprietários de terras, muitas vezes extrapolando os limites de suas terras, fecham os portos de apoio (Figura 24).



**Figura 24 - Área portuária com acesso bloqueado por cerca. Fonte: trabalho de Campo, Itaporanga D’Ajuda-SE, 2013.**

Da mesma forma que os pescadores enfrentam dificuldades em acessar os recursos naturais da área em estudo, as catadoras de mangaba também veem seu trabalho dificultado. Os sítios de mangabeiras, normalmente localizados em áreas de restinga, nem sempre estão em propriedades das próprias catadoras e nem tampouco em locais de livre acesso.



Ator PP4

*“As catadoras de mangaba também passam por esse problema, principalmente porque, na maioria dos casos, elas realizam a cata da mangaba em propriedades privadas.”*

Ator SC2



*“O fundamental é o acesso aos territórios para essas comunidades, para todas as comunidades tradicionais. O acesso ao território garante alimento e o sustento às famílias.”*

O Ministério Público Federal instaurou dois Inquéritos Civis Públicos (ICP) para apurar questões ligadas aos acessos aos Recursos Naturais das Comunidades Tradicionais. O Inquérito 1.35.000.000268/2010-51 apura a violação do Direito de ir e vir de Comunidades Tradicionais de Quilombolas, Pescadores e Catadores de Crustáceos e Frutas na Região da Bacia Hidrográfica do Rio Real e do Rio Piauí, enquanto o ICP 1.35.000.000299/2008-97 busca assegurar o direito das comunidades tradicionais de Catadoras de Mangaba do estado de Sergipe a realizarem sua atividade extrativista.

### **Conflitos de gestão pública de território**

Se implantada, a RESEX será gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, com apoio direto de alguns outros órgãos públicos, nas esferas federal, estadual e municipal, Na esfera Federal, o ICMBio relaciona-se diretamente com o INCRA, pois este é o responsável por auxiliar na administração das questões fundiárias e na elaboração de estudos cartográficos. O Incra auxilia nos estudos e será o responsável pela promoção, quando necessária, da desapropriação das terras ocupadas dentro do limite da Unidade de Conservação.

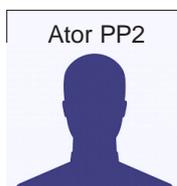
Ator PP2



*“O Incra auxiliou nos trabalhos de campo, deu toda a logística necessária e contribui com o georeferenciamento da área.”*

O INCRA e ICMBio debateram sobre a inserção ou não do Território Quilombola (TQ) Luzienses nos limites da RESEX, localizado em Santa Luzia do Itanhhy, nas proximidades

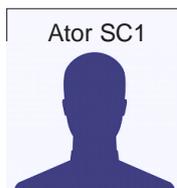
da Mata do Crasto, provocando uma situação conflituosa. A gestão e a forma de uso acabaram resultando na retirada do TQ da proposta da Reserva Extrativista.



Ator PP2

*“Sim, o Território Quilombola ficou fora dos limites propostos para a Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe.”*

Após a elaboração de todos os estudos necessários, o ICMBio, em fase final do processo de implantação, necessitou consultar todos os Ministérios relacionados com a área. Dentre estes órgãos consultados, o Ministério de Minas e Energia, por exemplo publicou parecer contrário devido a dúvida de presença de blocos de petróleo na área, evidenciando um conflito de gestão sobre a área. Mas as principais resistências surgem nas esferas governamentais locais. O Governo Estadual, baseado no primeiro polígono proposto para a RESEX, posicionou-se contrário a esses limites, preocupando-se com desenvolvimento de atividades econômicas e com a sua gestão.



Ator SC1

*“É claro que nós temos interesse na criação de Unidades de Conservação, mas temos mais interesses que elas sejam estaduais, para que possamos ter controle sobre elas, as nossas tem obtido crescimento relevante. Mas nunca discutimos o apoio, discutimos ao tamanho e a necessidade de definição imediata do plano de manejo. O que é notório é que ali é uma área de pleno desenvolvimento econômico, onde se abre possibilidades de turismo e crescimento imobiliário.”*



Ator PP4

*“A casa civil da Presidência da República não vai tomar decisão sem consultar o Governo do Estado, principalmente por serem aliados. Então vai depender de quão articuladas as comunidades tradicionais estejam para garantir os compromissos do Governo do Sergipe para com elas.”*

Em relação à governança estadual, existe ainda o conflito de gestão baseado na sobreposição de Unidades de Conservação, já que o Litoral Sul possui já em funcionamento uma Área de Proteção Ambiental – APA (Figura 25). A RESEX, uma vez implementada e onde os territórios das duas unidades se confundirem, imporá um uso mais restrito do que a UC já existente, podendo ocasionar um conflito de gestão pública ainda mais intenso.

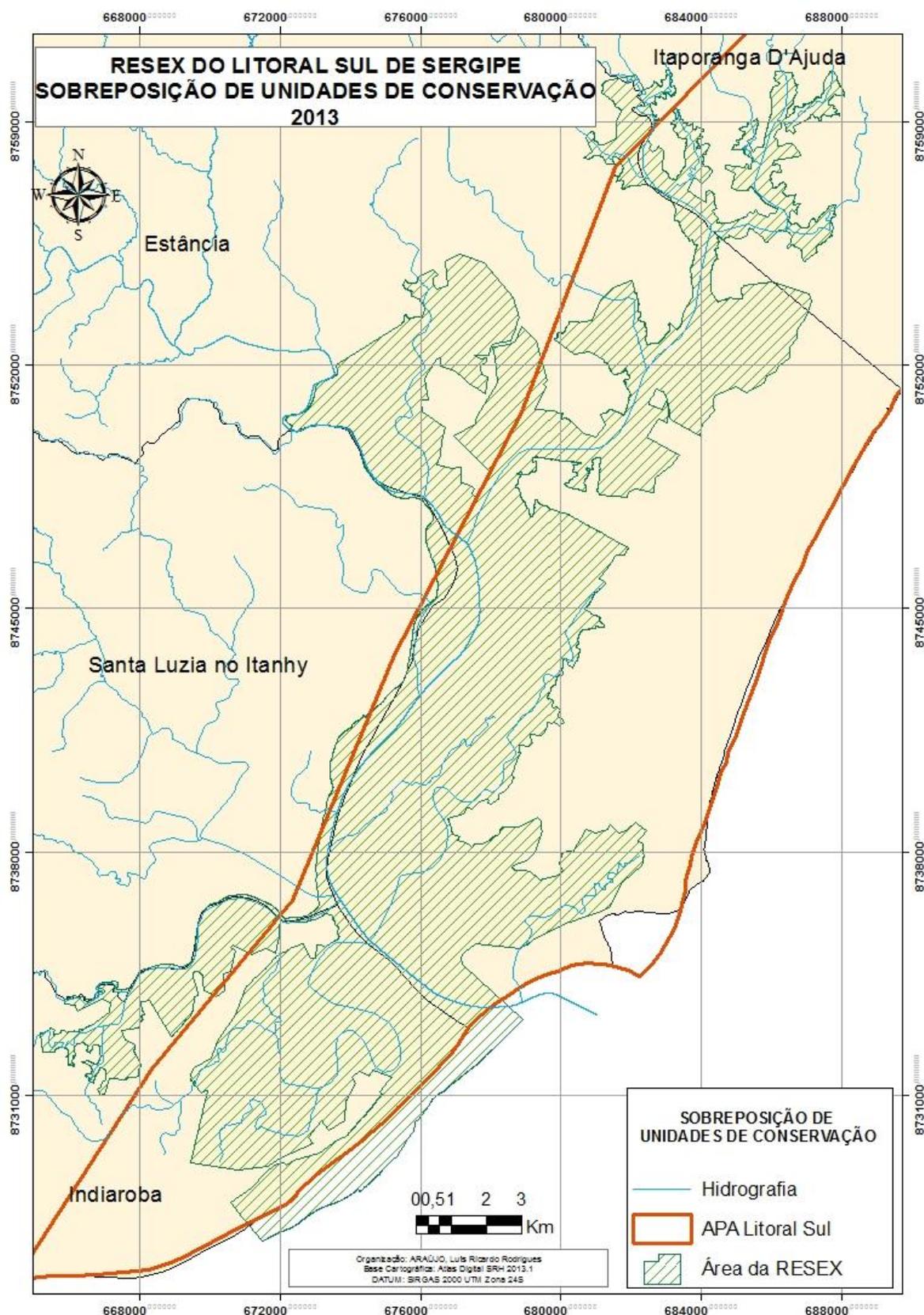


Figura 25 - Sobreposição de Unidades de Conservação.



Ator PP3

*“Não acredito que possa haver conflitos já que a APA é muito menos restrita, a RESEX não, então conflito desse tipo, eu não vejo como haver(...) Porém, ao longo do processo de implantação, é natural a geração de conflitos com o ICMBio, pois senão seria muito fácil criar UC's.”*

No plano municipal, o conflito de gestão já foi notório desde o início do processo, uma vez que a Prefeitura de Estância, por muito anos se pôs oficialmente contra a criação da Reserva Extrativista do Litoral Sul, onde participou sempre dos atos públicos como ator de oposição, chegando a solicitar, por meio de ofícios, esclarecimentos constantes ao ICMBio. Este conflito acabou sendo amenizado com mudanças nos limites propostos, onde áreas de relevante interesse para o município em questão foram excluídas.



Ator PP4

*“Durante a audiência pública, nós tivemos uma resistência do Gestor Municipal que se manifestou contra a criação da Unidade de Conservação.”*



Ator PP5

*“É preciso que os senhores saibam que quem tem terra nessa região (...), se a Reserva Extrativista for criada, a propriedade deixa de ser de vocês, onde vocês perdem essa área e essa passa a ser controlada por um Conselho Gestor e vocês ficarão com uma situação muito difícil quanto a este aspecto.”<sup>3</sup>*

O Poder Legislativo manifesta-se através de políticos que posicionam-se a favor e exercem seu direito constitucional de fiscalização do poder executivo. O Ministério Público Federal também se faz presente fiscalizando a legalidade do andamento do processo.

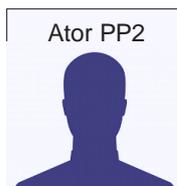
---

<sup>3</sup> Este trecho foi obtido a partir da ata da Audiência Pública realizada no dia 07/12/2011.

## Conflitos de Uso do Solo

Nos dias atuais, as áreas inseridas na Unidade de Conservação proposta e em seu entorno são alvo de múltiplos usos do solo. Residências familiares, empreendimentos imobiliários, cultivos para subsistência, pasto e aquicultura são tidos como as principais atividades desenvolvidas.

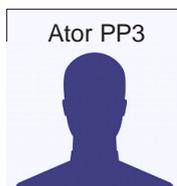
Os diversos usos da área podem ocasionar conflitos em diversos momentos do processo de implantação, principalmente porque, mesmo sendo categorizada como Uso Sustentável, a Reserva Extrativista impõe uma utilização restrita ao seu território. Por exemplo, as áreas com residência e/ou segunda residência deverão ser desapropriadas ou, se houver utilização do terreno para fins extrativistas, deverá ser concedido um direito de uso da terra para o antigo proprietário.



Ator PP2

*“O Incra também auxiliará o ICMbio na aquisição das áreas necessárias e repasse para o Instituto Chico Mendes.”*

Certamente, após a sua implantação, o Plano de Manejo (documento comum a Reservas Extrativistas) deverá dispor sobre as atividades permitidas dentro da Unidade de Conservação. Esta disposição deverá ir além do extrativismo, precisará envolver atividades de cunho científico e, ainda, sobre visitação com fins turísticos.



Ator PP3

*“O importante é criar a Unidade de Conservação e logo após elaborar o seu plano de manejo. É ele que dirá o que pode e o que não pode dentro da RESEX..”*

Diante do exposto, elaborou-se o seguinte esquema (Quadro 5):

<b>Tipologia dos conflitos Territoriais</b>	<b>Foco dos conflitos</b>
<b>Acesso ao recurso natural</b>	Garantia de acesso, por parte das comunidades tradicionais, aos recursos naturais que proporcionam seu sustento.
<b>Conflitos de gestão pública de território</b>	Definição do grau de jurisdição dos governantes públicos nos limites propostos para a Reserva Extrativista.
<b>Conflitos de Uso do Solo</b>	Múltiplos usos do solo.

**Quadro 5 - Tipologia dos Conflitos Territoriais e foco dos conflitos. Fonte: Elaboração do Autor**

Como órgão mantenedor do processo de implantação da Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe, o ICMBio atua como órgão mediador de conflitos, devendo, a partir do diálogo com todos os atores sociais envolvidos, equalizar suas reivindicações e aplicá-las à luz do Sistema de Unidades de Conservação.



Ator PP1

*“Sim. Durante o processo de criação de Unidades de Conservação, o ICMBio atua como mediador de conflitos”.*

É natural que uma Reserva Extrativista, em curso para implantação ou recém implantada, por nascer tensionadas por relações conflituosas, provoque o surgimento ou acirramento de conflitos, mas, também é normal que, com o tempo e a partir de adequada gestão, a ordem pública se estabeleça.

#### **4.2.2 Reapropriação territorial e os conflitos socioambientais identificados**

Baseado em Estudos Biológico e Socioeconômico da Região Litorânea do Sul de Sergipe, a primeira delimitação de área para a Proposta de criação da Reserva Extrativista foi anexada, em 2008, ao Volume III do processo de criação da RESEX. Com área de 39.400,74 ha, esta primeira proposta continha áreas dos municípios de Itaporanga D’Ajuda, Estância, Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy.

A Figura 26 foi obtida em formato .jpeg (imagem estática) junto ao ICMBio, não podendo ter as adequações cartográficas necessárias para a padronização que este trabalho prezou para com seus mapas.

A primeira proposta abrange um conjunto de ecossistemas frágeis, tais como manguezais, restingas, apicuns, campos alagados e fragmentos da mata atlântica. Também foram inseridos cursos d’água dos rios em seus estuários e uma faixa de oceano de pouco mais de 5km.

Ainda foram consideradas áreas fora da primeira delimitação, praias, dunas e grandes lagoas, a Rodovia Ayrton Sena e a Ponta do Saco. O empreendimento imobiliário ‘Condomínio Porto Belo’ e aqueles que promovam a aquicultura por carcinicultura licenciados até março de 2011 também estão fora dos limites propostos. Deve-se ressaltar ainda que Blocos de petróleo já licenciados não fazem parte da área em questão.



Figura 26 - 1ª proposta de limites para a Reserva Extrativista. Fonte: ICMBio, 2011.

Anexado ao Volume VIII do processo de implantação da Reserva Extrativista, a segunda delimitação oficial e, a última proposta até a data do fechamento desta dissertação, teve sua área reduzida para 19.258 há, evidenciando diversas situações de relações de poder (territorialidades), que, a partir da mediação do ICMBio, houve a equalização de interesses entre os diversos atores sociais envolvidos (Figura 27).

Os mesmos elementos ausentes na 1ª (primeira) proposta continuam não sendo inseridos nessa última. O que marca a diferença considerável de Hectares é a retirada de áreas marinhas e do Território Quilombola Luzienses, sendo que, o primeiro foi a partir do diálogo com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Sergipe e o segundo, a partir de longa negociação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

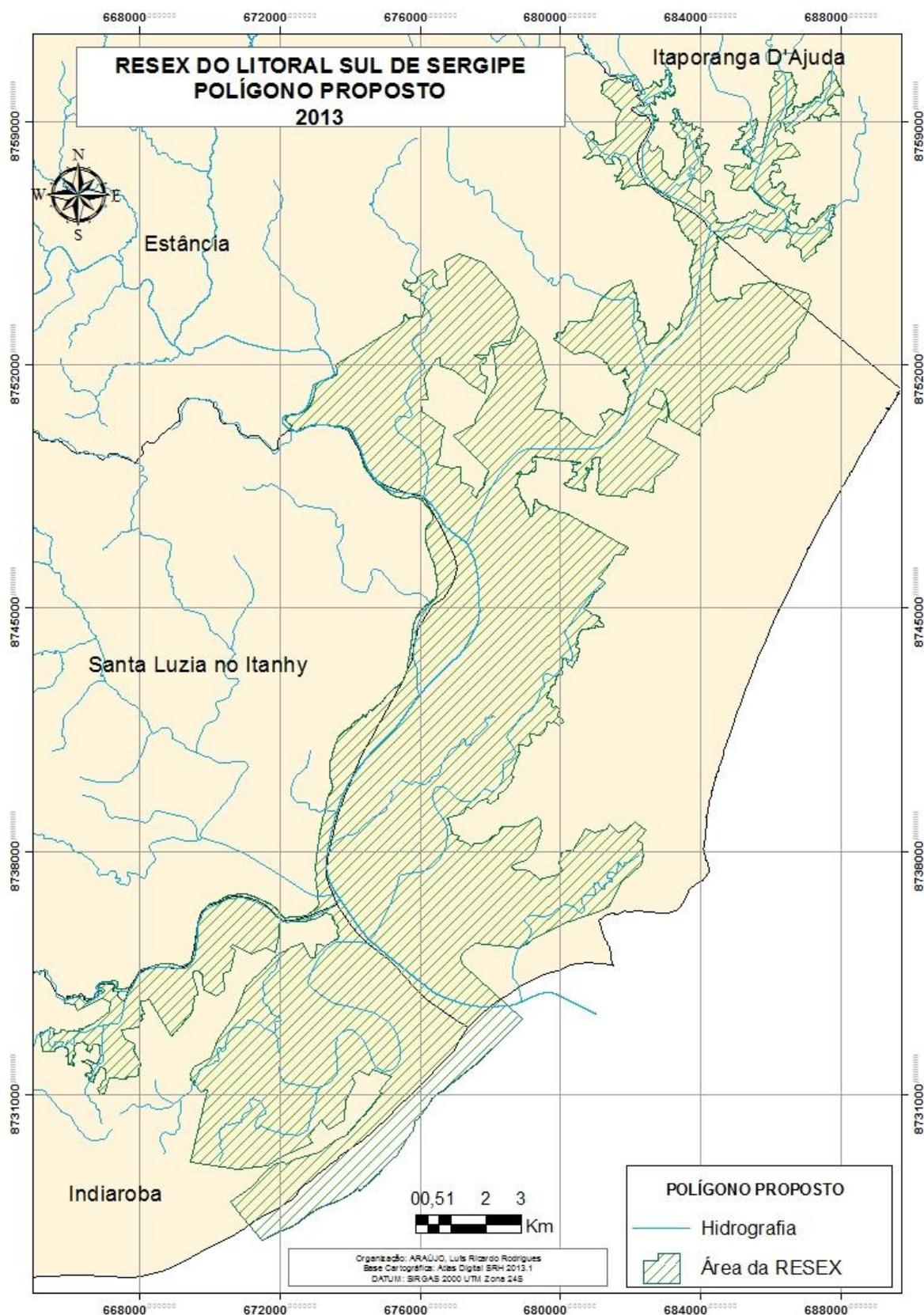


Figura 27 - Segunda proposta de limites para a Reserva Extrativista.

Considerando as Unidades de Paisagem definidas para esse trabalho e a partir da classificação de conflitos proposta, elaborou-se um mapa onde os conflitos territoriais são evidenciados cartograficamente e inseridos de acordo com a sua tipologia (Figura 31).

Os pescadores estão sendo privados do acesso aos portos que servem de apoio à pesca artesanal e as catadoras de mangaba e as marisqueiras sofrem com a dificuldade de acesso aos locais que dispõem de mangabeiras.

Conflitos de gestão pública de território também foram identificados. Existe uma gama de órgãos públicos envolvidos no contexto da proposta da unidade de conservação, de todas as esferas (Federal, Estadual e Municipal) da governança nacional e ligados aos poderes executivo e legislativo. Esta abundância de órgãos tem proporcionado a indefinição de suas jurisdições e até mesmo conflitos para garantir a influência na área, como é o caso dos Governantes Municipais que temem pela perda de controle em certas áreas.

Outro conflito identificado foi o de uso do solo, que evidencia que usos conflitantes foram evidenciados. É o caso da aquicultura por carcinicultura, que utiliza faixas consideráveis de solo, privam o acesso de comunidades locais às suas áreas e ainda provocam um lançamento constante de efluentes nos rios da área.

Os conflitos territoriais causaram dificuldades na elaboração do polígono proposto para a RESEX. Os empreendimentos de carcinicultura licenciados até março de 2011 ficaram de fora, o que pode resultar em uma situação conflituosa futura, já que os cursos D'água dos rios da região foram inseridos e estes são alvos de lançamento de dejetos resultantes desta atividade.

Pelo apelo turístico que o Litoral Sul Sergipano possui, principalmente devido às zonas de praias, estas também ficaram de fora, o que tira do contexto um forte elemento de influência na área proposta para a Reserva Extrativista, afinal, não se pode considerar que a dinâmica ambiental das praias não afete a área da possível RESEX.

Outra área ausente foi o Território Quilombola Luzienses, que por conflito de jurisdição, acabou sendo descartada a possibilidade da Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe servir como mais um elemento de produção a uma área histórica e ambientalmente importante, já que está inserida no contexto de uma das maiores reservas de Mata Atlântica de Sergipe (a Mata do Crasto).

A partir das unidades de paisagem definidas, os conflitos ocupam boa parte do território proposto para a Reserva Extrativista. Os conflitos por acesso aos Recursos naturais

ocupam, principalmente as Unidades de Paisagem 1 (UP-1) e as Unidades de Paisagem (UP-4). Estes são formados, principalmente por áreas de coleta de mangaba e portos de apoio para a pesca artesanal (Quadro 6 e Figura 28).

Os Conflitos por uso do solo estão, prioritariamente, na UP-1. Mesmo não fazendo parte dos atuais limites para a RESEX, as iniciativas de aquicultura por carcinicultura permearam discussões conflituosas, principalmente entre as comunidades tradicionais locais e o ICMBio, que findaram na retirada desse tipo de empreendimento (licenciados até março de 2011) da proposta de implantação da UC.

CONFLITO	UNIDADE DE PAISAGEM	ATORES SOCIAIS
Por acesso aos recursos naturais	UP-1, UP-2 e UP-4	Comunidades tradicionais, Sociedade Organizada, Proprietários de terra, Empreendedores comerciais
Por uso do solo	UP-1 e UP-4	Comunidades tradicionais, Sociedade Organizada, Proprietários de terra, Empreendedores comerciais, Órgãos Públicos
Por Gestão Pública de Territórios	Fora dos limites da Resex	Órgãos Públicos e Comunidades Tradicionais

**Quadro 6 - Quadro síntese dos Conflitos Territoriais nas Unidades de Paisagem. Fonte: Elaboração do autor**

Por já estarem fora do polígono da RESEX em estudo, os conflitos por Gestão Pública de Território não ocupam nenhuma Unidade de Paisagem. Esses são representados pela área marinha da proposta, faixa de cerca de 5km de oceano, e pelo Território Quilombola Luzienses, localizado no município de Santa Luzia do Itanhhy, próximo ao povoado Crasto.

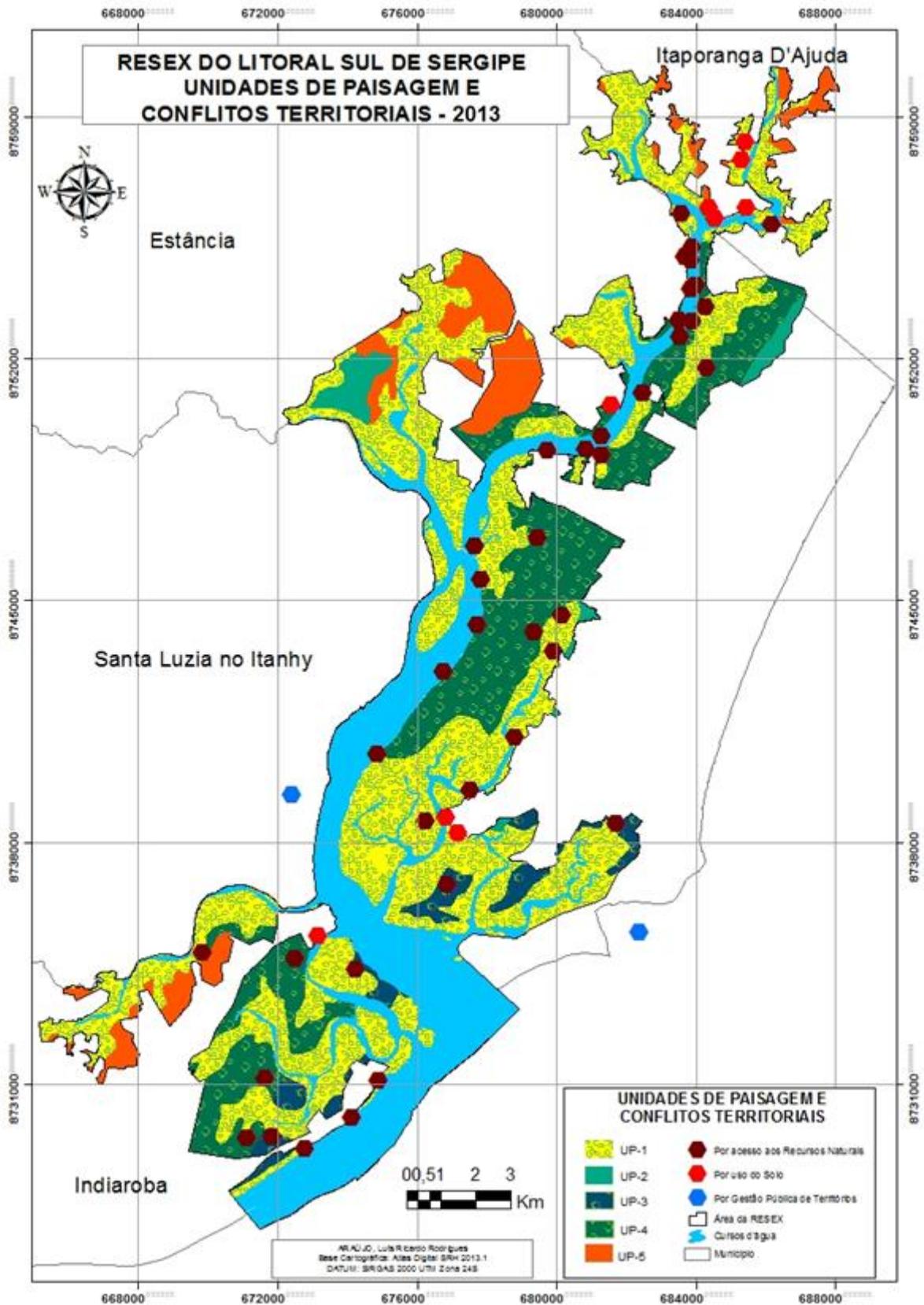


Figura 28 - Unidades de Paisagem e Conflitos Territoriais. ARAÚJO, L. R. R. Base Cartográfica: Atlas Digita SRH 2013.1. DATUM SIRGAS 2000. UTM Zona 24S.

Diante da Multiplicidade de atores e seus respectivos interesses, as territorialidades evidenciam as relações de poder que são resultantes dos conflitos territoriais no cenário socioambiental da Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe. SACK (1986, p. 3) esclarece as particularidades da territorialidade:

A Territorialidade nos humanos é melhor pensada não como algo biologicamente motivada, mas sim enraizada socialmente e geograficamente. Seu uso depende de quem está influenciando e controlando o quê e quem, nos contextos geográficos de espaço, lugar e tempo. A Territorialidade está intimamente relacionada em como as pessoas usam a terra e como elas organizam-se no espaço, e como elas dão sentido ao lugar.

A partir do exposto por SACK (1986), de toda a discussão teórica e conceitual realizada neste trabalho e da fórmula de análise territorial proposta por Raffestin (A(L-M-P)---R---S(Sn/So)=T/Ta)), propõe-se o seguinte esquema (Figura 29):

Aplicação Fórmula de análise territorial proposta por Raffestin (A(L-M-P)----R----S(Sn/So)=T/Ta))

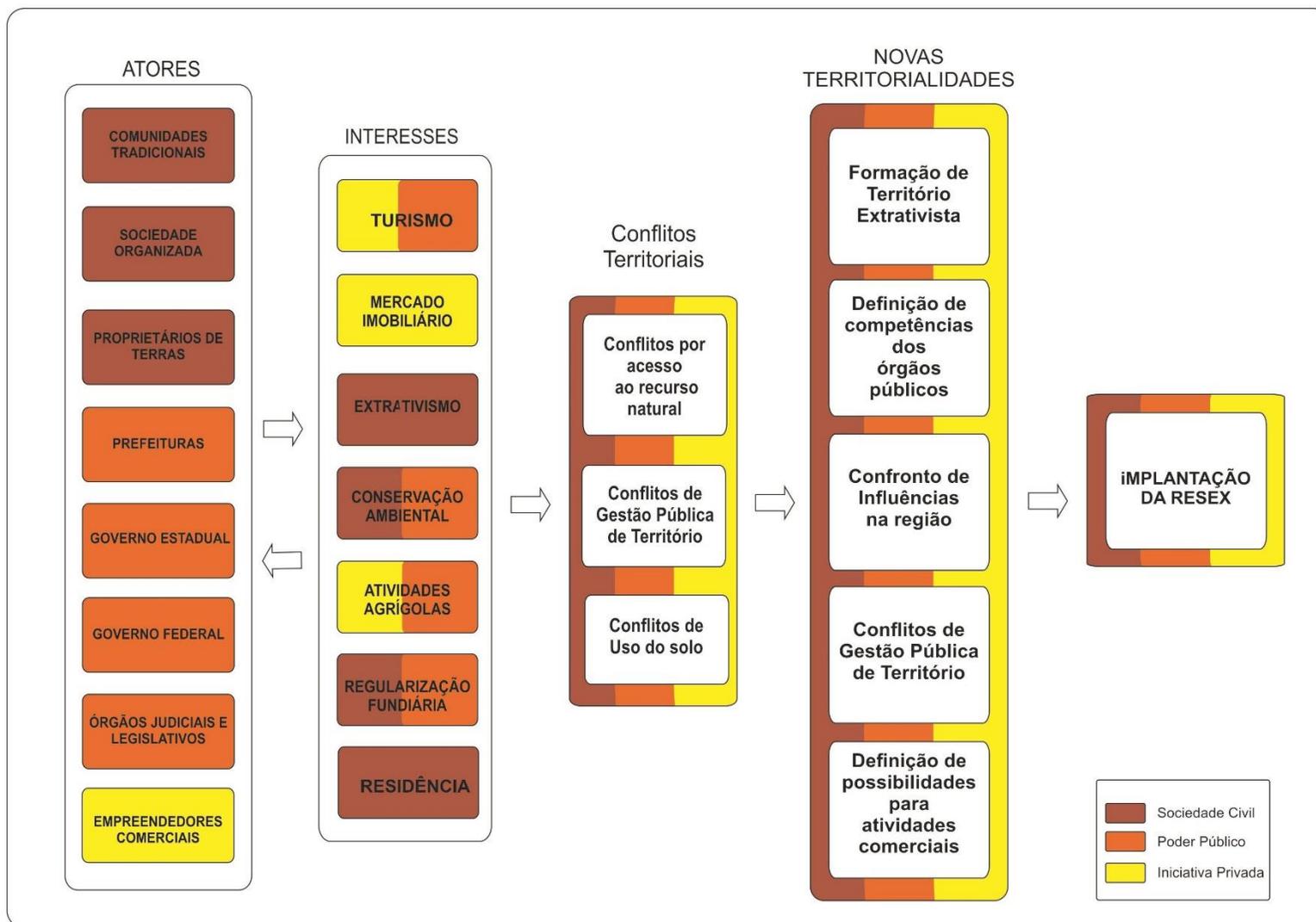


Figura 29 - Formação de Territorialidades e Território da Resex. Fonte: Elaboração do autor.

Os Atores foram definidos pelos trabalhos e as intenções realizáveis na Unidade de Conservação em questão (L-M-P). Seus interesses expõem a relação afetiva entre atores e o ambiente geral (S), que é consequência de um ambiente conflitante entre o ambiente orgânico (Sn) e o social (So). Toda essa relação resulta em territorialidade(s) e o novo território (T/Ta).

Os atores formam uma linha de existência que interage com relação de interesses em comum ou não, tornando o cenário conflituoso. Os conflitos acontecem entrelaçados nas relações de interesses dos atores sociais que por sua vez resultam em novas territorialidades que permearão a implantação da Reserva Extrativista.

Os interesses comerciais, extrativistas e conservacionistas interagem com os atores sociais envolvidos, sendo que estes estão dentro de um mesmo contexto espacial. Essa relação evidencia conflitos territoriais identificados no momento em que um interesse tenta sobrepor outro. Sendo assim, a Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe será reflexo de territorialidades (relações de poder), resultantes de todo um processo alimentado POR interesses múltiplos.

#### 4.3 CONFIGURAÇÃO DA DINÂMICA AMBIENTAL NA INTERFACE DOS CONFLITOS TERRITORIAIS EXISTENTES E DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS PERTINENTES A RESERVAS EXTRATIVISTAS

A Dinâmica Ambiental é definida pela relação dos elementos naturais do meio ambiente e seus aspectos socioeconômicos. Então, considerando os conflitos territoriais identificados na área objeto deste estudo, suas territorialidades e as políticas ambientais que afetam as Reservas Extrativistas, desenha-se uma mudança relevante na dinâmica ambiental local e cada corrente de atores sociais lidará com consequências distintas.

Com a Reserva Extrativista implantada e sua gestão funcionando dentro das normas presentes no SNUC, as Comunidades Tradicionais poderão usufruir dos recursos naturais que proporcionam o seu sustento rotineiro, o acesso aos portos de apoio à pesca estará garantido e as catadoras de mangaba e marisqueiras poderão acessar as propriedades e exercer o seu trabalho..

Porém, as comunidades tradicionais também poderão deparar-se com situações não familiares a elas, já que o Plano de Manejo de Reservas Extrativistas permite a retirada de recursos naturais, mas ao mesmo tempo os fiscaliza. Desta forma, o extrativismo estará limitado à subsistência e qualquer outro cenário será proibido.



Ator PP4

*“As comunidades tradicionais esperam que a Reserva Extrativista, com as limitações administrativas impostas no manejo de recursos, que serão geradas no território, favoreçam a abundância dos recursos naturais. Eles esperam também que com a criação da RESEX possa haver uma política fundiária que os favoreça.”*



Ator SC2

*“A criação da Reserva Extrativista deve garantir, pelo menos, o mínimo de acesso aos territórios às comunidades tradicionais.”*

As atividades com fins meramente comerciais sofrerão um impacto ainda não proporcionado ao Litoral Sul de Sergipe, mesmo com uma Área de Proteção Ambiental já criada nesta área. O Plano de Manejo limitará o desenvolvimento dessas atividades nos limites da futura Unidade de Conservação

Em relação ao turismo, o sistema Nacional de Unidades de Conservação não impede a visita em RESEX's, mas esta prática deverá ser compatível com os interesses locais e o Plano de Manejo da Unidade de Conservação. Apenas um formato de turismo planejado deve ser praticado, em que os preceitos do desenvolvimento sustentável deverão ser obedecidos e, desta forma, a prática em um ambiente com recursos naturais conservados poderá resultar em benefícios para a atividade turística e para as comunidades locais.

O Litoral Sul sergipano é uma região onde é comum a prática de atividades ligadas a aquicultura, sendo a carcinicultura a mais comum delas. Na região onde se pretende implementar a Reserva Extrativista, não é diferente. Porém, os locais com essa prática foram retirados das delimitações finais. A implantação da RESEX trará limitações ao processo de crescimento nessa área e acrescentará uma nova forma de fiscalização dessa atividade.



*“um apicum, ecologicamente indissociável do mangue, quando “bem” aterrado/antropizado comportaria muitos tanques de carcinicultura e os empresários associados a esta atividade também não querem ceder”*

Com a criação da Reserva Extrativista, o poder público se deparará com um novo cenário para sua administração. As Prefeituras Municipais verão a utilização de parte do seu território, limitada por uma forma de intervenção federal em sua zona de administração e influência.

O Governo do Estado de Sergipe deverá adequar suas políticas públicas ambientais e turísticas à nova realidade e ainda terá que encarar a sobreposição de sua Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul, já instituída, porém com uso menos restritivo que a nova Unidade Conservação. Ressalte-se também que esta UC proporcionará a proteção dos recursos naturais da Bacia Hidrográfica do Rio Piauí, proporcionando proteção aos recursos Hídricos estaduais.

No caso da implantação da Reserva Extrativista seja implantada, a representação direta do Governo Federal dar-se-á através do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Este, será responsável pela administração e manutenção da nova Unidade de Conservação. Porém, este tipo de Unidade pode proporcionar o envolvimento de outros órgãos integrantes da esfera Federal.

O IBAMA deverá ser parceiro constante da Administração da RESEX, já que a conservação da fauna e da flora também deverá ser preocupação evidente nesta UC. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável pelo planejamento da Política Nacional de Assistência Social, deverá funcionar como parceiro nos aspectos sociais pertinentes à região em foco.

Uma nova Dinâmica ambiental estará presente a partir da implementação da RESEX e, de fato, será resultado dos conflitos socioambientais presentes durante o processo de implantação e da aplicação de novas políticas públicas.

As novas possibilidades advindas da nova Unidade de Conservação só serão alcançadas com a decretação da Reserva Extrativista proposta, o que ainda não se tem ao certo quando e se será efetivada (Vide Anexo 2 – Vídeo Sobre o a implantação da RESEX).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conservar os recursos naturais e ainda proporcionar para a sociedade e gerações futuras matéria-prima para manter o desenvolvimento socioeconômico, dentro de todo contexto contraditório em que isso pode estar contido, tem sido um dos grandes desafios da sociedade moderna. Desta forma, o incentivo para criação de Unidades de Conservação surge como uma das principais ações das políticas de conservação da natureza.

Em se tratando dos elementos sociais envolvidos nesse processo, as comunidades tradicionais constituem, provavelmente, o seu elo mais fraco. Unindo a ideia de criação de UC's à essas comunidades, a Reserva Extrativista surge como principal categoria do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, uma vez que seu objetivo é fornecer a base de sustento para as comunidades tradicionais, a partir da exploração sustentável dos recursos naturais.

Ao se subordinar aos princípios norteadores das Unidades de Conservação, a RESEX possui, nesse aspecto, a característica particular de ter sua processo de criação oriundo de pleitos de populações tradicionais que sofrem com o agravamento de fatores que dificultam ou impossibilitam os seus interesses extrativistas. Ao defender as práticas extrativistas, tais populações tentam harmonizá-las com a necessária conservação de elementos da fauna e da flora, às vezes ocupando o lugar do Estado neste papel.

O Litoral Sul de Sergipe é ocupado por populações tradicionais que, historicamente, tiram seu sustento dos recursos naturais da região, principalmente aqueles encontrados nos estuários dos seus principais rios. Esta parcela do litoral sergipano apresenta áreas conservadas de manguezais, restingas e até mesmo Mata Atlântica.

Porém, foi identificado durante a realização dessa pesquisa, que a área em apreço tem sofrido com o uso irresponsável dos recursos naturais, e com isto as comunidades tradicionais têm sido socialmente as mais afetadas, restando-lhes, enfim, a luta pela criação de uma Reserva Extrativista, numa mobilização junto à organizações civis e públicas, que proteja os interesses do extrativismo comunitário da região.

No momento, a principal meta de tais comunidades é acelerar a criação da RESEX do Litoral Sul, ora encabeçado pelo ICMBio e em fase de aprovação dentro nos ministérios que mantém relações diretas com a área onde deverá ser implementada a Unidade de Conservação.

Buscando melhor contextualizar os objetivos desta pesquisa, a paisagem da região foi compartimentada em Unidades que apresentam elementos semelhantes na geomorfologia e na cobertura e uso do solo.

A implantação da Reserva Extrativista tem sido um constante gerador de conflitos territoriais na região, uma vez que múltiplos interesses estão envolvidos. A RESEX deverá proporcionar a todos eles garantia de acesso aos recursos naturais que proporcionam seu sustento.

Da atual delimitação proposta para a RESEX espera-se seja suficiente para a garantia de cumprimento dos objetivos desta categoria de Unidade de Conservação, pois seria inadmissível a sua criação contextualizada por limites insuficientes e/ou inoperantes.

Os territórios são definidos pela delimitação e as territorialidades pelo controle, estas últimas, neste trabalho, foram evidenciadas a partir de modelo equacional proposto por Raffestin, que considerou os conflitos socioambientais face a relação de interesses expostos pelos atores sociais envolvidos no processo de implantação da referida Unidade de Conservação.

Frente a este cenário, revela-se ainda a ideia de que a consolidação das novas relações de poder, evidenciadas aqui, pode se encaminhar para a formação de ainda mais territorialidades, com relações que deverão ser aperfeiçoadas durante o funcionamento da possível Reserva Extrativista.

Esta análise da territorialidade proporcionou uma demonstração prática da nova configuração da Dinâmica Ambiental na região. Tal fato representará uma oportunidade de quebra de um paradigma exploratório arraigado há anos no Litoral Sul de Sergipe e de construção de um novo baseado no desenvolvimento sustentável da Região.

Os conflitos territoriais estabelecidos em torno do processo de implantação da RESEX do Litoral Sul de Sergipe configuram múltiplas territorialidades que atingem os atores sociais envolvidos no processo a partir da apropriação, por parte de atores sociais envolvidos em atividades comerciais, e Reapropriação social do espaço pelas comunidades tradicionais.

Entretanto, a Dinâmica Ambiental será privada de nova configuração se a Reserva Extrativista não for criada, possibilidade plausível se for considerado o fato de que já são quase 10 (dez) anos de processo formal. Espera-se que as necessidades do elo mais fraco do processo, as comunidades tradicionais, sejam respeitadas e consideradas, afastando a decretação da esfera

de influências políticas e a aproximando da decisão baseada na função social que uma Unidade de Conservação dessa categoria deve obedecer.

Os poderes públicos municipal, estadual e federal podem utilizar os dados expostos nesta pesquisa para alimentação de políticas públicas. O poder legislativo e o Ministério Público Federal, na execução de suas atividades fiscalizadoras, podem ter, nas informações contidas neste documento, base para conhecimento da aplicação das legislações pertinentes.

Por fim, reitera-se que esta pesquisa não buscou a elaboração de verdades absolutas e sim de um conhecimento científico embasado em metodologia previamente definida. Os resultados produzidos e expostos nesta dissertação podem servir para os próprios agentes envolvidos nos conflitos como um material de sensibilização e autocrítica, auxiliando na busca por formas para mediação dos conflitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIESP. 1987. IN: MONTOVANI, W. **A vegetação sobre a restinga em Caraguatatuba, SP.** Anais – 2º Congresso Nacional sobre Essências Nativas. 1992.

ALEXANDRE. **Gestão de conflitos sócio-ambientais no litoral sul do Brasil:** estudo de representações sociais dos riscos envolvidos no projeto de construção do Porto da Barra, na Ilha de Santa Catarina, no período de 1995-1999. 1999. [200]f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ARAÚJO, M. V. FREIRE, G. S. **Utilização de sig nos estudos ambientais do estuário do rio Acaraú – Ceará.** GEONOMOS 15(2) 09 - 19, 2007

BELEM, A. L. G. **Unidades de paisagem no bairro de Santa Felicidade (Curitiba-PR), propostas ao planejamento e ordenamento da paisagem.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Curitiba, 2013.

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma geografia transversal e de travessias:** o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Massoni, 2007.

BERTRAND, G. *apud* DIAS, J. e SANTOS L., « **A paisagem e o geossistema como possibilidade de leitura da expressão do espaço sócio-ambiental rural** », Confins [Online], 1 | 2007, posto online em 11 Junho 2007, Consultado o 30 Janeiro 2014. URL : <http://confins.revues.org/10>

BERTRAND, G. **Paysage et Géographie? Globale. Esquisse méthodologique.** *Révue Géographique des Pyrenées et du Sud-Ouest*, Toulouse, 39(3), 1968.

BOBBIO, Norberto **Società Civile.** Milão: Feltrinelli, 1981.

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.** Brasília/DF, 2000.

BREITMAN, S.; PORTO, A. C. **Mediação familiar:** uma intervenção em busca da paz. Porto Alegre: Criação humana, 2001.

BRITO, D. M. C. Conflitos em Unidades de Conservação. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP.** N. 1 dez 2008. Disponível em <[periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/download/10/11](http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/download/10/11)>. Acesso em 13/12/2013.

CHAMY, P. **Reservas extrativistas marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade.** ANPPAS. Indaiatuba, 2002.

CHISTROFOLETTI, A. **Impactos no meio ambiente ocasionados pela urbanização no mundo tropical.** In: SOUZA, M. A de S. et. al. O novo mapa do mundo. Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. 4 ed. São Paulo: HUCITEC-ANPUR. 2002. p. 127- 138.

DIAS, J. B. **A dimensão dos sistemas naturais na (re) produção dos sistemas agrícolas da agricultura familiar**: análise da paisagem de três comunidades rurais na Região Metropolitana de Curitiba (em São José dos Pinhais, Mandirituba e Tijucas do Sul). Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

EDUARDO, M. F. **TERRITÓRIO, TRABALHO E PODER: por uma geografia relacional**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, ago. 2006.

FREITAS FILHO. M.R. **Dinâmica espaço-temporal da paisagem de um enclave úmido no semiárido cearense como subsídio ao zoneamento ambiental: as marcas do passado na apa da serra de Baturité-CE**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2011.

IBAMA. **Reservas Extrativistas**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/RESEX/textos/c10.htm>>. Acesso em: 09/11/13.

KELTING, F. M. S; LOPES, J. L. S. **Vislumbrando Paisagens** - Fortaleza: Autoria do autor, 120 p.

MORÉ, 1998. Apud. ERNANDORENA. P.R. **Conflitos Ambientais em Zona Costeira de Santa Catarina**. [263]f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MOORE, 1998. Apud. ERNANDORENA. P.R. **Conflitos Ambientais em Zona Costeira de Santa Catarina**. [263]f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 22. ed., São Paulo: Malheiros, 1997.

MOTA, D. M. *et al.*, Disputas pelo acesso aos recursos naturais: o dilema das mulheres catadoras de mangaba em Sergipe. **33º Encontro Anual da ANPOCS**, 2007. Disponível em <[www.anpocs.org.br/portal/component?option=com.../task.../Itemid,85/](http://www.anpocs.org.br/portal/component?option=com.../task.../Itemid,85/)>. Acesso em 20 de novembro de 2010.

PROST, C. RESEX marinha versus pólo naval na Baía do Iguape. **Novos Cadernos NAEA**, Vol. 13, No 1, jul/2010. p. 47-70. Disponível em <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewArticle/391>> Acesso em 25 de março de 2011.

RAFFESTIN, C. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. IN: SAQUET, M. S. e SPOSITO, E. S. (organizadores) --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SILVA, M. S. F.; SOUZA, R. M. Áreas de Proteção Ambiental em Sergipe: perspectivas e desafios face aos conflitos territoriais decorrentes do uso dos recursos naturais. **XVI Encontro Nacional de Geografia**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <[www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=471](http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=471)> Acesso em 18/10/2010.

SACK, R. D. **Territorialidade Humana: sua teoria e história**. Cambridge University Press. Cambridge., 1986.

SANTANA, J.M. SOUZA, R.M. **Conflitos Ambientais, Mídia Impressa e Poder Local em Sergipe**. In: ARAÚJO. H. M. SANTOS. N. D. Temas da Geografia Contemporânea: teoria, método e aplicações. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

SCHIER, R. A. **Trajelórias do conceito de paisagem na geografia**. R. RA'E GA, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Editora UFPR

SHCHEIBE, L. F. VIANNA, P. C. G. **Metodologia para classificação do potencial do aquífero serra geral do Paraná**. IX Encontro Nacional de Perfuradores de Poços 1995.

SOUZA, R. L. N. **Análise ambiental assistida pelo geoprocessamento visando o caráter trístico de Mangaratiba-RJ**. Monografia. Especialização em Geoprocessamento da Universidade Federal de Minas Gerais. 2001

SPOSITO, Eliseu S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 15-36.

SUGUIO, K. **Tópicos de geociências para o desenvolvimento sustentável: as regiões litorâneas**. Geol. USP, Sér. didát. [online]. 2003, vol.2, pp. 1-40. ISSN 1677-7549.

VALVERDE, R.R.H. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 15, 2004

VIEIRA, L.P. **As análises ambientais na Geografia: o sistema GTP e suas possibilidades**. EBG-Anais Disponível em: <[http://www.cdn.ueg.br/arquivos/pirenopolis/conteudoN/554/MANUAL\\_PARA\\_FORMATACA0\\_DE\\_TRABALHOS\\_ACADEMICOS\\_DA\\_UEG\\_UNIDADE\\_UNIVERSITARIA\\_DE\\_PIREN0POLIS.pdf](http://www.cdn.ueg.br/arquivos/pirenopolis/conteudoN/554/MANUAL_PARA_FORMATACA0_DE_TRABALHOS_ACADEMICOS_DA_UEG_UNIDADE_UNIVERSITARIA_DE_PIREN0POLIS.pdf)> Acesso em: 25 de maio de 2012.

WARAT, L.A.. **Em nome do acordo: a mediação no direito**. Buenos Aires: Almed, 1999.

## **ANEXOS**

## ANEXOS

### ANEXO 1 Cronograma de execução

Atividades	Ano	1° ANO												2° ANO											
	Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Disciplinas	P																								
Revisão do projeto	P																								
Reconhecimento da área	P																								
Levantamento bibliográfico	P																								
Qualificação	P																								
Publicações	P																								
Pesquisa de Campo	P																								
Coleta de Dados	P																								
Análise de Dados	P																								
Elaboração da dissertação	P																								
Defesa da dissertação	P																								

**Legenda: P = previsto.**

ANEXO 2 DVD com conteúdo complementar

**1 – Transcrição das Entrevistas realizadas**

**2 – Vídeo sobre a Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe**